

SAÚDE DOS PROFESSORES E A QUALIDADE DO ENSINO

AREOER



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Filiado à CNE e CUT

Apresentação

Você tem em mãos uma publicação que contém a segunda edição da pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo, realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas (CEPES)/Subseção do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) da APEOESP.

A primeira edição foi realizada em novembro de 2003, entre os delegados ao XIX Congresso Estadual da APEOESP. Esta segunda edição foi feita junto aos pré-delegados ao XXIII Congresso Estadual da APEOESP, em setembro de 2010.

A presente publicação analisa os resultados da pesquisa mais recente e, em tudo o que foi possível, compara os dados entre as duas pesquisas. Os resultados demonstram que pouco mudou nas condições de trabalho e de saúde dos professores. Quando mudou, não foi para melhor.

A luta do nosso Sindicato tem sido constante e firme em relação à saúde e às condições de trabalho da nossa categoria. No momento em que discutimos um novo plano de carreira, ela deve intensificar-se mais ainda. O presente estudo é importante subsídio para essa luta.

Nesse caderno você encontra um texto da presidenta da APEOESP, analisando a relação entre a saúde e as condições de trabalho, valorização profissional e qualidade de ensino e mais dois textos, um sobre a questão do absenteísmo, de autoria do professor de Filosofia da rede estadual de ensino de São Paulo Eduardo Amaral e outro da professora Flávia Gonçalves da Silva da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG).

A todos os leitores e leitoras deste trabalho desejamos que ele contribua para tornar mais conhecida a situação dos professores e das professoras das escolas públicas estaduais e sobretudo que contribua para embasar nossa luta em defesa da escola pública que queremos, com real valorização aos profissionais.

Diretoria da APEOESP

Saúde dos Professores e a Qualidade do Ensino

Maria Izabel Azevedo Noronha

Presidenta da APEOESP
Membro do Conselho Nacional de Educação
Membro do Fórum Nacional de Educação

No momento em que os profissionais da educação discutem em todas as regiões do estado e nas escolas as bases para um novo plano de carreira e que se iniciam procedimentos para a elaboração do Plano Estadual de Educação, é muito importante que nos debruçemos sobre a questão da saúde e das condições de trabalho dos professores e professoras, pois essas questões evidenciam mais do que se pode supor sobre a situação da educação pública no Estado de São Paulo e sobre o que é necessário fazer para melhorá-la.

Humanizar a escola

De início, quero explicitar que nós, da APEOESP, temos uma concepção de qualidade da educação que vai muito além da simples aferição de resultados quantitativos, como tem sido usual em muitos sistemas de ensino, em muitos estados brasileiros e no mundo. Para nós, o processo educativo deve visar, sobretudo, as necessidades dos seres humanos que trabalham e estudam nas unidades escolares, para que a escola possa cumprir a função social que dela se espera, qual seja, formar cidadãos e cidadãs, homens e mulheres conscientes da sociedade em que vivem e capacitados a trabalhar para transformá-la, se esta for a sua decisão consciente.

A escola precisa passar por um processo de humanização, pois a relação humana é a essência do próprio processo educativo. Embora necessárias, as medidas estruturais nas escolas e nos sistemas de ensino só têm sentido na perspectiva da humanização de todo o processo. O objetivo final é o aprendizado dos estudantes, mediados por profissionais motivados, bem remunerados, formados e capacitados para cumprir adequadamente suas funções e participantes de uma carreira que lhes ofereça perspectivas atraentes sem que tenham que deixar a função docente motivados por necessidades salariais.

Por termos essa concepção, em 2008, quando o então governador José Serra enviou à Assembleia Legislativa o projeto de lei limitando as faltas dos professores para consultas e tratamentos médicos a apenas seis por ano, nós, da APEOESP, alertamos que era necessário conhecer os motivos pelos quais os professores faltam e, assim, trabalhar para solucionar as causas do problema, tendo em vista, sempre, a própria qualidade do ensino. Fomos ignorados e o projeto foi aprovado, dando origem à Lei nº 1041/2008. Mas os professores continuaram a adoecer.

Por que os professores adoecem?

Afinal, por que os professores da rede estadual de ensino adoecem? Quais são os principais problemas de saúde que os acometem e por que isto ocorre?

As respostas a essas perguntas já são conhecidas desde 2003, quando a APEOESP realizou pesquisa sobre o assunto, identificando como as principais causas do adoecimento dos professores o estresse (com as consequências de ordem psicológica que acarreta), as doenças da voz, tendinites, lesões por esforço repetitivo (LER) e bursites. Agora, como vocês podem ver nesta publicação, uma nova pesquisa que realizamos em 2010 confirma esses dados e traz novas informações.

Em 1999 já havia sido publicada pesquisa pioneira realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em convênio com a Universidade de Brasília, que apontara a síndrome de Burnout – algo como “perder o fogo”, em tradução livre – como uma das principais doenças que acometem os professores. Ela provoca apatia e desmotivação em consequência de um acúmulo de fatores, dentre os quais a falta de reconhecimento e valorização do trabalho que se realiza.

É importante recordar que, de acordo com aquela pesquisa, já em 2003 75% dos professores ministravam aulas para classes com mais de 36 alunos, sendo 32% com mais de 41 alunos e que 73% apontaram a superlotação das salas de aula como um dos fatores que interferiam no seu desempenho. De acordo com a pesquisa, 45% dos professores precisam manter outra atividade fora da rede estadual de ensino para complementar o salário; 63% consideraram regulares ou péssimas as condições de suas salas de aula.

Também a falta de materiais pedagógicos adequados, violência nas escolas, situação social e dificuldades de aprendizagem dos alunos, jornada de trabalho excessiva e sobrecarga de atividades foram apontadas como os principais motivos de sofrimento no trabalho.

Entre as manifestações e sintomas que naquele momento os professores disseram sentir estão cansaço, nervosismo, problemas com a voz, dores nas pernas, ansiedade, dores de cabeça, dores na coluna, além de 11 outras manifestações.

Como se vê nesta publicação, a nova pesquisa que realizamos em 2010 confirma as más condições de trabalho dos professores: 63,2% declararam ter jornadas de trabalho superiores a 36 horas semanais; 54% ministram aulas para classes com mais de 35 alunos, sendo que 41,1% têm classes com mais de 36 alunos e 12,8% classes com mais de 40 alunos. A pesquisa também mostra que 33,8% dos professores ministram aulas em mais de uma escola, podendo chegar a até três unidades escolares.

Os sintomas e manifestações de algum tipo de doença ou enfermidade novamente citados foram praticamente os mesmos da pesquisa anterior, na seguinte ordem: cansaço, nervosismo, problemas com a voz, dores de cabeça, ansiedade, dores nas pernas, fadiga/cansaço.

Por outro lado, além da dificuldade de aprendizagem dos alunos, citada por 75,5% dos que responderam a pesquisa, novamente a superlotação das salas de aula é um dos fatores mais citados como causa de sofrimento no trabalho, com 66,2% de menções, seguida da jornada de trabalho excessiva (60,1%) e da violência nas escolas (57,5%).

A violência faz adoecer

A violência nas escolas é, portanto, fator que atua diretamente sobre a saúde dos professores e demais profissionais da educação, juntamente com a indisciplina dos alunos. Há uma crise de autoridade nas escolas estaduais. Quando falamos de autoridade, não estamos falando de autoritarismo, mas daquela autoridade que decorre de reconhecimento

e participação da própria comunidade na gestão escolar. Os conselhos de escola nem sempre são respeitados e convocados. Eles são organismos de participação fundamentais e podem colaborar muito para reduzir a ocorrência de casos de violência nas escolas e no seu entorno.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o da segurança. Mas, quando falamos de segurança, estamos falando basicamente de prevenção. Nesse aspecto o Governo do Estado também é diretamente responsável, pois o PSDB vem praticando nos últimos anos uma política de esvaziamento do quadro de funcionários das escolas e terceirizando grande parte das funções existentes.

Quando pensamos, por exemplo, na função do inspetor de alunos, hoje praticamente inexistente na maior parte das escolas, vemos que o seu trabalho contribui para a prevenção da violência, através da transformação de comportamentos entre os alunos. Como dissemos nas diretrizes nacionais para os planos de carreira dos funcionários da educação, ele cumpre um papel educativo na medida em que utilize sua experiência e seu poder de persuasão para convencer dois alunos que brigam a resolver suas diferenças de forma civilizada. Isto contribuirá para mudar comportamentos, poderá mudar valores e terá reflexos no aprendizado dos alunos.

Também o porteiro da escola, outra função descartada do quadro de funcionários, poderia contribuir decisivamente para a prevenção da violência ao observar o movimento de pessoas estranhas no entorno da escola, acionando a ronda escolar, a direção e outras autoridades competentes.

Hoje, nas escolas, ninguém percebe tais situações a tempo. Há pouquíssimos funcionários e, não apenas estes, mas também os professores e a direção estão sempre correndo de um lado para outro para darem conta de suas tarefas. Um funcionário como o porteiro da escola, bem preparado, não apenas vê, mas antevê o fato e ajuda a prevenir situações de violência.

Uma política autoritária

O alto índice de faltas ao trabalho na rede estadual de ensino não se deve, portanto, a descompromisso ou irresponsabilidade, muito menos a “abusos”, como disse a Secretaria Estadual da Educação em muitos momentos, mas à alta incidência de doenças profissionais decorrentes da falta de condições de trabalho e à ausência de políticas de valorização do magistério.

Entretanto, apesar de tantas evidências, o Estado de São Paulo insiste em não ver a realidade e não quer perceber que o adoecimento dos professores decorre de fatores relacionados com as suas condições de trabalho e com a ausência de políticas voltadas à prevenção/correção desses fatores e à promoção da saúde na categoria. Com isso, limita-se a adotar medidas tímidas (embora necessárias) que não vão ao cerne da questão e, quando muito, dão respostas localizadas e pouco profundas aos seus sintomas mais graves.

Se o Estado não percebe e não atua nas raízes do adoecimento dos professores e, portanto, não trata das enfermidades que acometem o magistério como doenças

profissionais, continuará a adotar também medidas que agravam o problema, disseminam preconceitos e cometem graves injustiças contra a nossa categoria. Refiro-me, particularmente, à recente onda de vetos do Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME) à posse de professores aprovados em concurso público, alegando razões como “obesidade” e “depressão” e passando por casos de cálculos nas cordas vocais e miopia, mesmo em graus extremamente reduzidos.

Uma parte importante desses casos foi revertida com a mobilização dos próprios interessados, organizados pela APEOESP e em decorrência da repercussão na sociedade, pois a mídia fez uma ampla cobertura do assunto. Persistem, porém, muitos casos. E a APEOESP está atuando política e juridicamente para revertê-los.

Ora, a quase totalidade dos professores que foram vetados já ministram aulas há anos na própria rede estadual de ensino, como ocupantes de função atividade. Primeiro, se eles podem ministrar aulas nas condições de OFAs, por que não podem fazê-lo como efetivos? Em segundo lugar, as doenças por eles apresentadas – e que não são incapacitantes – são em grande parte decorrentes do próprio exercício profissional.

Uma das professoras apresentou problemas nas cordas vocais e foi vetada. Foi punida pelo mesmo Estado que não lhe ofereceu condições adequadas de trabalho, provocando seu adoecimento.

Mas a má atuação do DPME (como parte de uma política do Estado) não se limita ao caso dos vetos aos concursados. No cotidiano dos professores há verdadeira aversão ao tratamento recebido naquele órgão quando necessitam de perícia médica para afastamento do trabalho – ou por qualquer outra razão. Ali, segundo uma infinidade de relatos, os profissionais da educação, vitimados por suas próprias condições de trabalho, são em geral tratados como se fossem verdadeiros malandros em busca de algum motivo para faltarem ao trabalho.

Por uma nova política

Aos poucos, porém, as evidências vão se impondo. Em 2010 uma pesquisa patrocinada pela própria Secretaria Estadual da Educação trouxe dados muito semelhantes aos que apresentávamos. Pouco depois a S.E.E. reconheceu que em média 92 profissionais do magistério entram em licença médica a cada dia na rede estadual de ensino. Sintoma de uma situação grave.

A Secretaria da Educação finalmente reconhece a gravidade da questão, mas toma apenas medidas para cuidar dos casos já existentes – como a criação de equipes de médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, nutricionistas e enfermeiros em cada Diretoria Regional de Ensino na Capital e na Grande São Paulo para percorrer as escolas. Novamente, não se adotam medidas preventivas e estruturais. O motivo alegado, por outro lado, é frustrante, pois se trata de economizar recursos do Estado gastos com as licenças médicas. Pouco se fala sobre as pessoas. De novo, falta humanização na educação pública do Estado de São Paulo.

Quando o governador Geraldo Alckmin lançou o programa *Educação com Saúde*, chegou a dizer que os professores deveriam recorrer mais à acupuntura e ressaltou a importância de uma boa alimentação. Estamos de acordo com o governador, mas como os professores podem utilizar a acupuntura se o direito de faltar para realizar tratamentos médicos está tão

limitado, os salários são tão baixos e rede de saúde pública não está preparada para atender a essa demanda? Como os professores podem alimentar-se adequadamente se o auxílio alimentação, hoje, não passa de R\$ 4,00 e muitos não podem tê-lo por receberem vencimentos que ultrapassam o limite máximo para ter direito ao benefício?

O governador fala aos professores que eles devem se cuidar mais. Mas como um professor pode se cuidar se não lhe sobra tempo para quase nada? Como vimos, grande parte dos professores trabalham excessivamente e a composição da jornada de trabalho destina-lhes 83% do tempo para trabalhar com alunos nas salas de aula. Outra parte é dedicada a reuniões, elaboração e correção de trabalhos e provas; quase nada sobra para atualização profissional, formação e.... para cuidar de si.

Falta coerência às políticas do Estado em relação à saúde dos profissionais da educação.

A valorização do trabalho dos professores deve se concretizar em salários dignos, carreira justa, jornada de trabalho adequada, redução do número de alunos em sala de aula, material didático-pedagógico e outras condições essenciais ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. É preciso que a carreira do magistério corresponda às necessidades dos professores, incentivando-os a nela permanecer.

A jornada de trabalho do professor não deve exceder 40 horas semanais e, hoje, no mínimo 1/3 dela deveria ser destinada a atividades extraclasse, como a formulação e correção de provas e trabalhos, atendimento individualizado aos alunos e, sobretudo, à formação continuada no próprio local de trabalho, em convênio com universidades públicas, para que o professor não tenha que utilizar seus finais de semana para participar de cursos muitas vezes em locais distantes de sua residência. Muitas empresas realizam a atualização profissional de seus funcionários no próprio local de trabalho, mas o Estado de São Paulo não se dispõe a investir em seus professores. Entretanto, realiza provas de conhecimentos que visam excluí-los das salas de aula ou mantê-los na condição precária de temporários.

Fim da superlotação das salas de aula

Não pode haver qualidade de ensino, apesar de todo o esforço dos professores, em salas apertadas, mal ventiladas, com péssima acústica, velhas lousas e com mais de 45 alunos. Isto frustra os professores e os leva a adoecer e faltar ao trabalho.

Assim, é necessário que se institua uma política de adequação numérica entre professores e alunos, reduzindo a superlotação das salas de aula através da aplicação dos parâmetros definidos pela Conferência Nacional de Educação (CONAE): até 15 alunos por professor para turmas de educandos de 3 anos de idade; até 20 crianças por professor para turmas de educandos de 4 até 5 anos de idade; até 25 alunos por sala nos anos iniciais do ensino fundamental; até 30 alunos por sala nos anos finais do ensino fundamental; até 35 alunos por sala no ensino médio.

A própria configuração física das salas de aula e seus equipamentos precisa ser revista. Hoje, apesar de todos os avanços científicos em áreas como a ergonomia e também nas tecnologias relacionadas à educação, novas escolas continuam a ser construídas de acordo com padrões antigos e superados. Não há diálogo produtivo entre os que projetam as escolas, a área médica e as entidades que representam os professores. Com isso, persistem os erros e os professores continuam a adoecer.

A voz do Professor

É preciso cuidar da voz dos professores. Salas superlotadas ou com excesso de barulho levam os professores a forçar a voz além dos limites toleráveis. Pó de giz, poluição, ventilação inadequada, poeira, acústica ruim são fatores estruturais que provocam problemas na voz, além, é claro, de outros fatores relacionados ao próprio indivíduo.

Quando falamos de tendinite, outra doença que afeta os professores, podemos de imediato relacioná-la à má disposição das lousas e a ausência de investimentos em novas tecnologias na rede estadual de ensino, como lousas eletrônicas e computadores para os alunos. Assim, o uso excessivo da lousa, ainda quando corretamente disposta, pode provocar tendinite.

Por isso, lutamos pela constituição de uma comissão paritária entre o Estado, os profissionais da educação e a comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e prover políticas voltadas ao bom desempenho profissional, à boa qualidade dos serviços prestados à comunidade e à prevenção e promoção da saúde dos profissionais das escolas públicas estaduais, como preconizam as diretrizes nacionais da carreira.

Quanto ao estresse, depressão e outros problemas psicológicos, além dos fatores já relatados, o quadro é agravado pela falsa progressão continuada em vigor na rede estadual de ensino. Na realidade o que temos é uma simples "aprovação automática", na qual os alunos são "empurrados" para as séries seguintes mesmo sem terem adquirido o aprendizado necessário. É o que podemos chamar de "exclusão postergada" pois, no futuro, este aluno não terá acesso às oportunidades profissionais em virtude do ensino deficiente que recebeu.

Assim, os professores tendem a não ver os resultados de trabalho e estão impossibilitados de atuar de forma mais incisiva para incentivar a aprendizagem dos alunos, tendo em vista que não lhes é permitido o uso de um instrumento fundamental para balizar sua própria atuação, que é a avaliação.

Não se trata de defender a reprovação do aluno. A progressão continuada é positiva, necessária e deve ser implementada, porém o modelo aplicado pelo Governo do Estado de São Paulo não é progressão continuada. A verdadeira progressão continuada só pode produzir resultados se for aplicado o conjunto de medidas a que nos referimos anteriormente.

Nós, professores, somos elementos fundamentais no processo educativo, conhecemos a fundo os limites e as potencialidades da escola pública e a ela dedicamos nossas vidas. Por isto reivindicamos sermos ouvidos e considerados na formulação e aplicação das políticas educacionais.

Educação com mais saúde significa, afinal, que professores e alunos sejam considerados de forma plena, assegurando-se aos primeiros o direito básico de trabalhar em condições adequadas, não sendo mais submetidos a todos aqueles fatores que causam sofrimento no trabalho e adoecimento. Quanto ao aluno, tem o direito a receber toda a atenção da escola, como instituição, e de seus professores, que devem lhe transmitir o conhecimento acumulado e, com ele, trabalhar na produção de novos conhecimentos, o que só é possível, no grau necessário, se a primeira condição for plenamente atendida.

Essa luta deve ser de todos nós e da sociedade, pois a saúde, condições de trabalho dos professores, carreira do magistério e qualidade da educação são fatores de uma mesma equação.

Saúde e Condições de Trabalho dos Professores

APEOESP - Sindicato dos Professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Subseção APEOESP/Cepes

Introdução

O tema saúde dos trabalhadores em educação é questão central na pauta sindical há tempos e, em especial, quando da intensificação das políticas neoliberais dos anos de 1990 que acentuaram o adoecimento dos trabalhadores. Nas instâncias de representação sindical, o tema foi objeto de seminário realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entre os dias 17 e 19 de novembro de 2009, em Brasília, e cujos resultados foram publicados na série Cadernos de Educação 1.

Este estudo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada em setembro de 2010 com professores da rede estadual pública de ensino de São Paulo, participantes dos Encontros Regionais preparatórios ao XXIII Congresso Estadual da APEOESP.

A pesquisa procurou atingir o maior número de pré-delegados sindicais participantes dos Encontros Regionais e, apesar de não se configurar como amostra probabilística, ou seja, os resultados não podem ser considerados como cientificamente exatos do ponto de vista do universo total da categoria, trata-se de amostra significativa da situação dos professores da rede estadual de ensino.

Os Encontros Regionais foram realizados em 21 de setembro de 2010 em cada uma das 93 subsedes do Sindicato, que receberam o questionário da pesquisa, bem como instruções gerais para orientá-las, da melhor forma possível, sobre as regras de preenchimento. Além disso, cada questionário continha em seu início uma cópia das instruções gerais, uma vez que se tratava de auto preenchimento.

O questionário foi elaborado abordando diversos aspectos da vida do professor, contemplando questões relacionadas à percepção dos professores quanto a sua saúde e possíveis relações com sua atividade profissional.

O objetivo central da pesquisa foi levantar informações de percepções sobre condições de trabalho e saúde, a fim de subsidiar ações no Sindicato. Trata-se de um trabalho articulado com dados, que não pretende ser um diagnóstico médico, conclusivo.

A pesquisa obteve um retorno de 1.821 questionários preenchidos, dos quais 30 foram considerados sem condições de aproveitamento para análise. Por fim, todos os resultados foram cruzados com a variável sexo. Este procedimento eliminou da base dos dados apenas 7 questionários que não responderam a questão relacionada a sexo. Assim, o estudo abrange as respostas dadas por 1.615 professores, conforme apresentado no Quadro 1.

Perfil Socioeconômico, Condições de Trabalho e Saúde dos Professores

Questionários

QUADRO

1

	NÚMERO ABSOLUTO	% QUESTIONÁRIOS
Total de Questionários	1.821	100%
(-) Questionários Inválidos	30	1,6%
(-) Respondido por Aposentados	169	9,3%
(-) Sem resposta no quesito sexo	7	0,4%
Questionários Considerados	1.615	88,7%

Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados no XXIII Congresso Estadual da APEOESP, realizado em Serra Negra, em dezembro de 2010.

1 – Perfil Socioeconômico dos Pré-delegados Sindicais

1.1 Características pessoais

A caracterização dos atributos pessoais dos pré-delegados sindicais, participantes dos Encontros Regionais, deu-se através das seguintes variáveis: sexo, idade, cor e estado civil.

1.1.1 Sexo

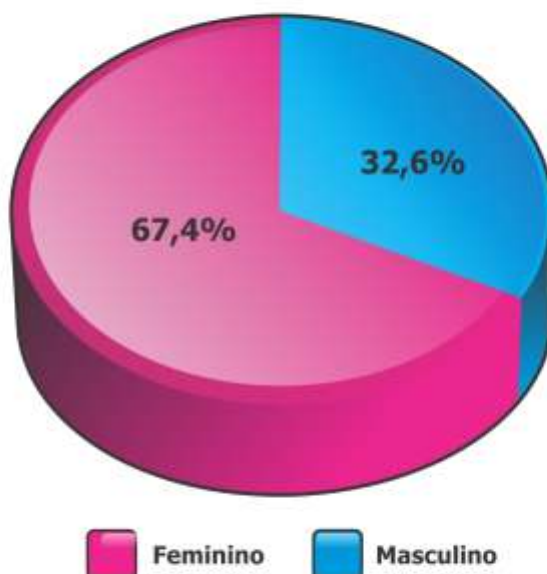
A categoria dos professores da rede estadual de São Paulo é predominantemente constituída por mulheres (85%). Dos pré-delegados sindicais que responderam à pesquisa, a participação feminina foi relativamente menor e atingiu 67,4%. Observamos uma participação maior de pré-delegados do sexo masculino, em relação ao total da categoria. Registre-se que na pesquisa anterior 62% eram mulheres.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

GRÁFICO

1

Sexo



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

Estes resultados praticamente não se alteraram muito em relação à pesquisa realizada em 2003, em que 63,1% do público era feminino e 36,9% masculino.

1.1.2 Idade

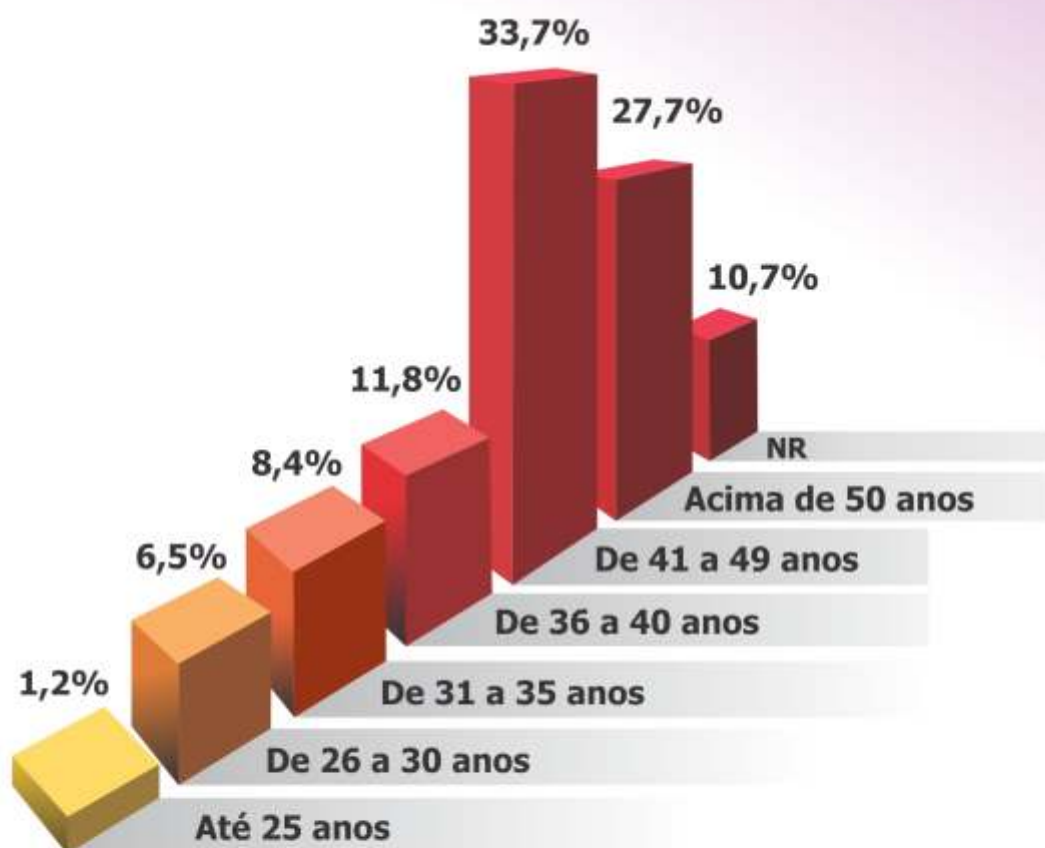
Com relação à idade dos participantes, a grande maioria (73,3%) tem 36 anos ou mais, sendo 33,7% na faixa etária entre 41 e 49 anos. Na pesquisa anterior, esse índice ficou em 33%. Observa-se que a parcela de delegados jovens, situados na faixa até 25 anos, é de 1,2%.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Faixa Etária

GRÁFICO

2



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.1.3 Cor/Raça

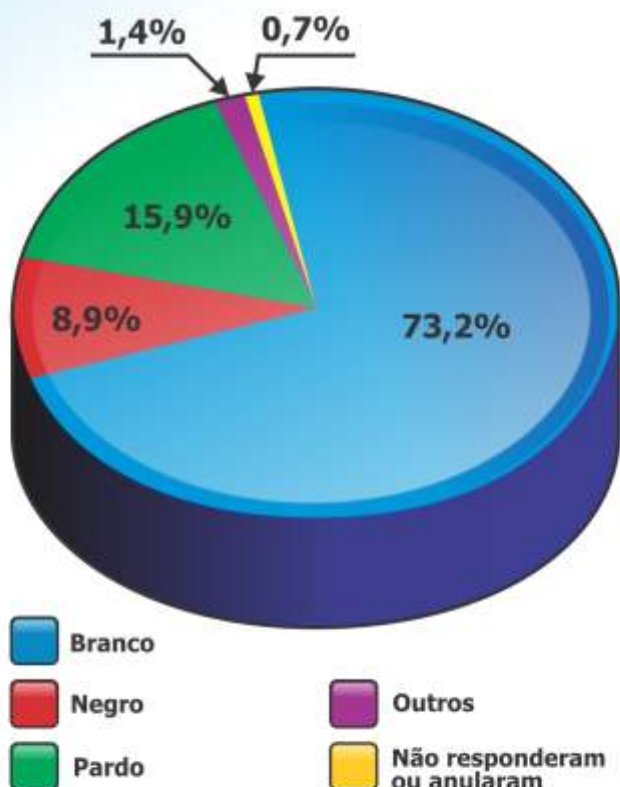
A grande maioria dos pré-delegados se auto-declararam brancos (73,2%). Os demais, 8,9% negros, 15,9% pardos, 1,4% classificados como outros (asiáticos e indígenas) e 0,7% não responderam. Com relação ao atributo cor/raça dos indivíduos, a pesquisa considerou somente a auto-declaração dos participantes, o que não exclui completamente a subjetividade inerente à captação deste atributo pessoal (1).

GRÁFICO

3

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Cor/Raça



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

(1) Usualmente utiliza-se a agregação dos atributos de cor/raça negra e parda para a identificação dos negros nas pesquisas de mercado de trabalho. Neste caso, a participação de negros na pesquisa passaria para 30%.

1.1.4 Estado Civil

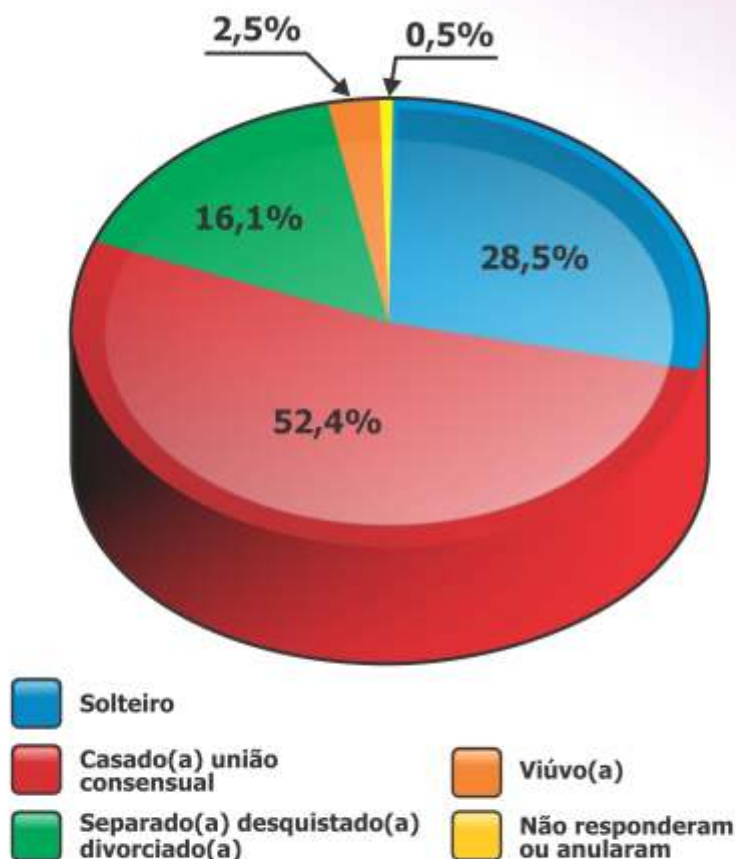
A maioria dos pré-delegados (52,4%) declarou-se casado. Esta participação é maior entre os homens (55,2%) e menor para as mulheres (51,4%). Os solteiros representaram 28,5% do total, com participação maior entre os homens do que entre as mulheres. Os separados representaram 16,1%, sendo 19,8% mulheres e 8,8% homens. Finalmente, os viúvos representaram apenas 2,5% dos participantes, sendo a grande maioria de mulheres.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Estado Civil

GRÁFICO

4



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.2 Características da Família

Para caracterizar as famílias dos pré-delegados sindicais, foram selecionadas as variáveis: posição dos membros, tamanho e renda familiar.

1.2.1 Posição na Família

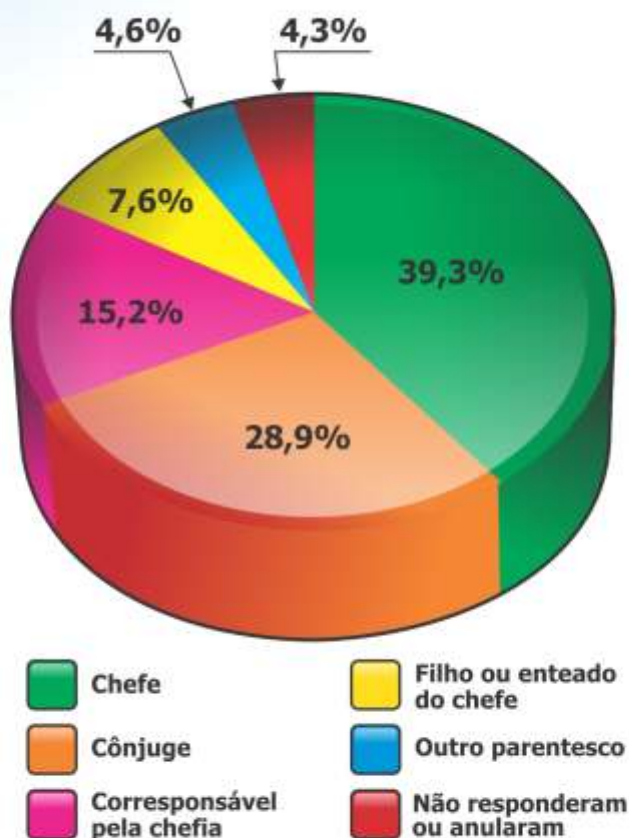
Com relação à posição na família, 39,3% dos delegados pesquisados afirmaram ser chefes de família, com participação mais elevada entre os homens (45,6%). Do total, 28,9% declararam ser cônjuges, 15,2% corresponsáveis pela chefia e 7,6% filhos.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

GRÁFICO

5

Posição na Família



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.2.2 Tamanho da Família

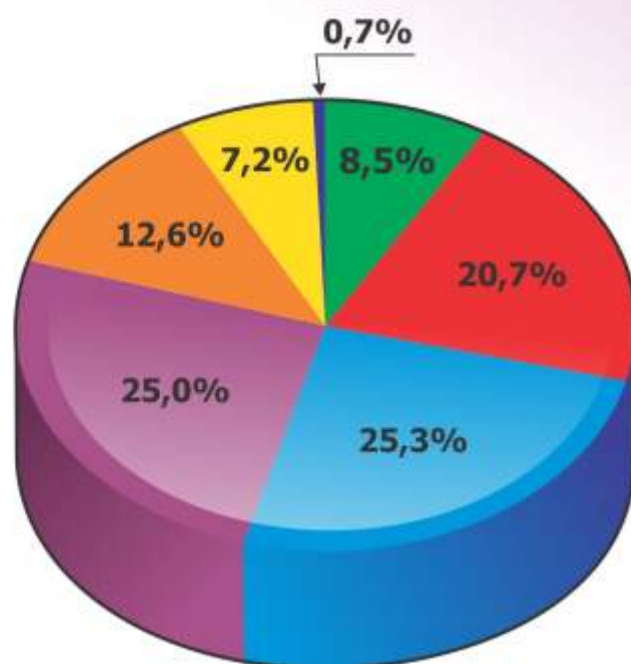
Em relação ao tamanho da família, 62,8% indicaram entre 3 a 5 membros, o que sugere a presença de filhos. Apenas 8,5% declararam 1 membro na família.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Tamanho da Família

GRÁFICO

6



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.2.3 Renda Familiar

A renda familiar dos delegados concentrou-se entre as faixas de R\$ 1.201,00 a R\$ 2.400,00 (34,6%) e entre R\$ 2.401,00 a R\$ 3.600,00 (27,4%), valores de setembro de 2010.

GRÁFICO

7

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Renda Familiar



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3 Características Ocupacionais

Das características ocupacionais dos professores, destacamos informações sobre: tipo de cargo, vínculo contratual, tempo de magistério, jornada de trabalho e salário. Complementarmente às informações sobre o exercício do seu trabalho, perguntou-se sobre: exclusividade na atuação na rede estadual de ensino, número de escolas, período e média de alunos por sala em que lecionava. Questões adicionais relativas ao exercício de outras atividades profissionais, fora da rede estadual, buscaram complementar as informações sobre salário, jornada e trabalho em outras redes de ensino.

1.3.1 Cargo na rede estadual

A maioria dos pré-delegados (85,0%) foi de professores de educação básica II (PEB II), índice bem próximo da pesquisa anterior (84%). Em geral, esses professores possuem curso superior, licenciatura de graduação plena, com habilitação específica e lecionam nas quatro séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.

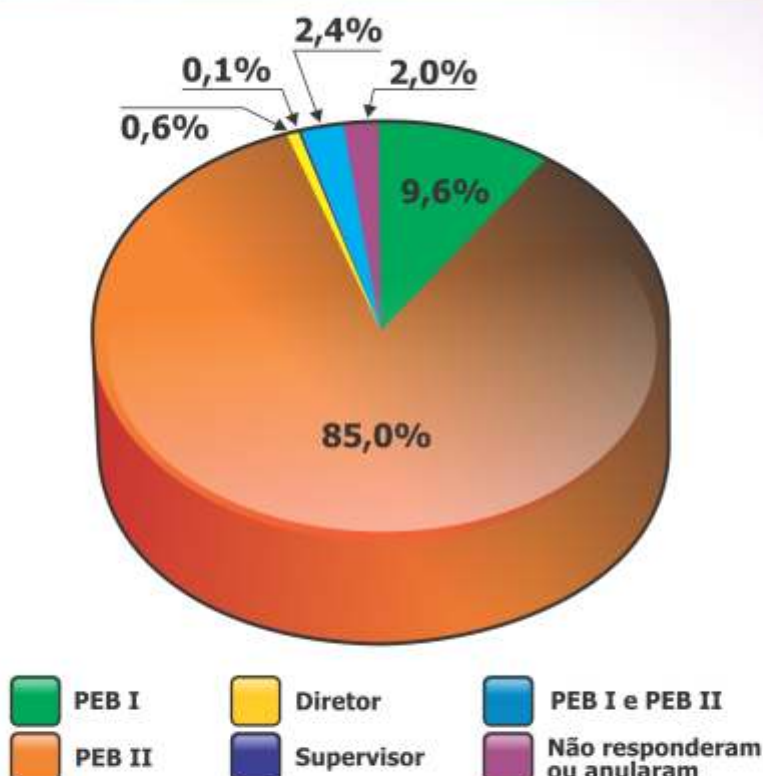
Os professores de educação básica I (PEB I) totalizaram 9,6% dos participantes da pesquisa, e referem-se aos docentes que atuam, em geral, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Ambos os cargos receberam classificação no Plano de Cargos e Salários implantado a partir de 1998 (LC 836/97). Os professores com acúmulo de cargos (PEB I e II) foram de apenas 2,4%.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Cargo

GRÁFICO

8



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

* Para maiores detalhamentos dos termos ocupacionais utilizados na rede estadual paulista, consultar o glossário no final desta publicação.

1.3.2 Vínculo Funcional

Os resultados sobre a situação funcional dos professores demonstra que a maioria é de efetivos (64,0%), enquanto os chamados Ocupantes de Função Atividade (ou admitidos em caráter temporário - ACT) representaram 35,2%. Registre-se que na pesquisa anterior 48% eram ACTs e 47% efetivos.

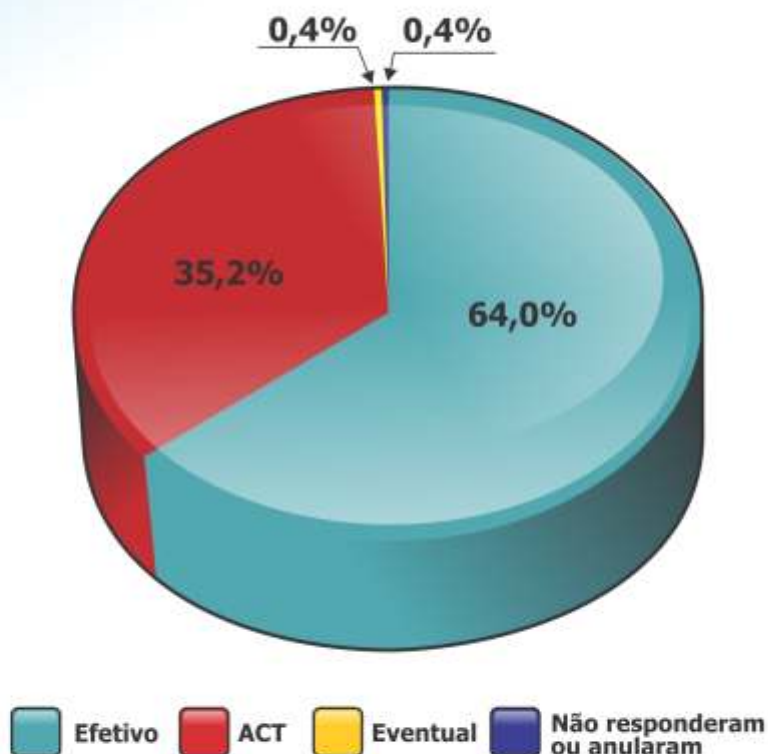
Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação, esta relação na Rede Estadual como um todo é bem distinta. Em janeiro de 2011, os efetivos representaram 53,2% do total de professores PEB I e PEB II; já os OFAs eram 46,8%. Esta proporção se altera ao longo dos anos.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

GRÁFICO

9

Vínculo Funcional



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.3 Tempo de Trabalho na Rede Estadual

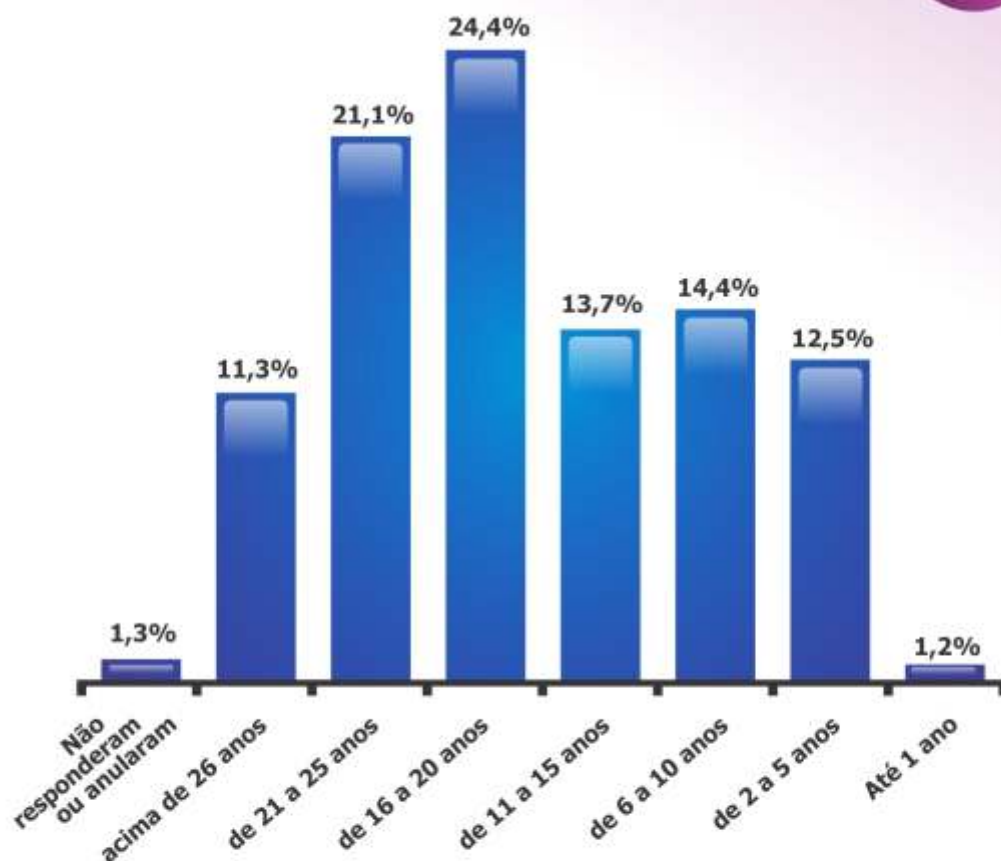
Cerca de 70,6% dos professores estavam na Rede Estadual há mais de 11 anos. Outros 12,5% se concentraram nas faixas de 2 a 5 anos e 14,4% entre 6 a 10 anos na rede.

As duas faixas mais expressivas de participação de professores neste item foram as faixas entre 16 a 20 e 21 a 25 anos, com a declaração de 45,53% dos pesquisados.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Anos de Trabalho na Rede

GRÁFICO
10



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.4 Jornada

Com relação à jornada de trabalho semanal dos docentes, 32,6% afirmaram dedicar entre 36 e 40 horas semanais na rede estadual de São Paulo, e 20,5% possuem jornadas entre 31 e 35 horas semanais.

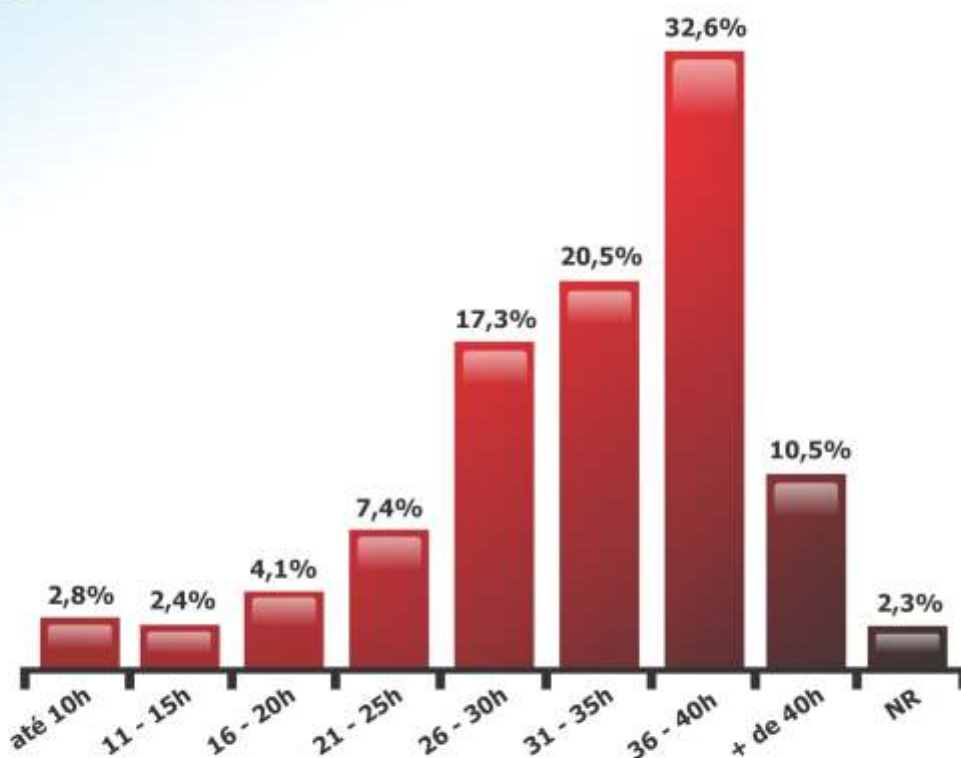
A carga horária semanal média da rede como um todo é de 21,5 horas, para um quadro do magistério de 217.574 profissionais. Na pesquisa anterior o número de professores com carga horária entre 36 e 40 horas era de 36%.

GRÁFICO

11

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Carga Horária Semanal



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.5 Rendimento Bruto Mensal Individual

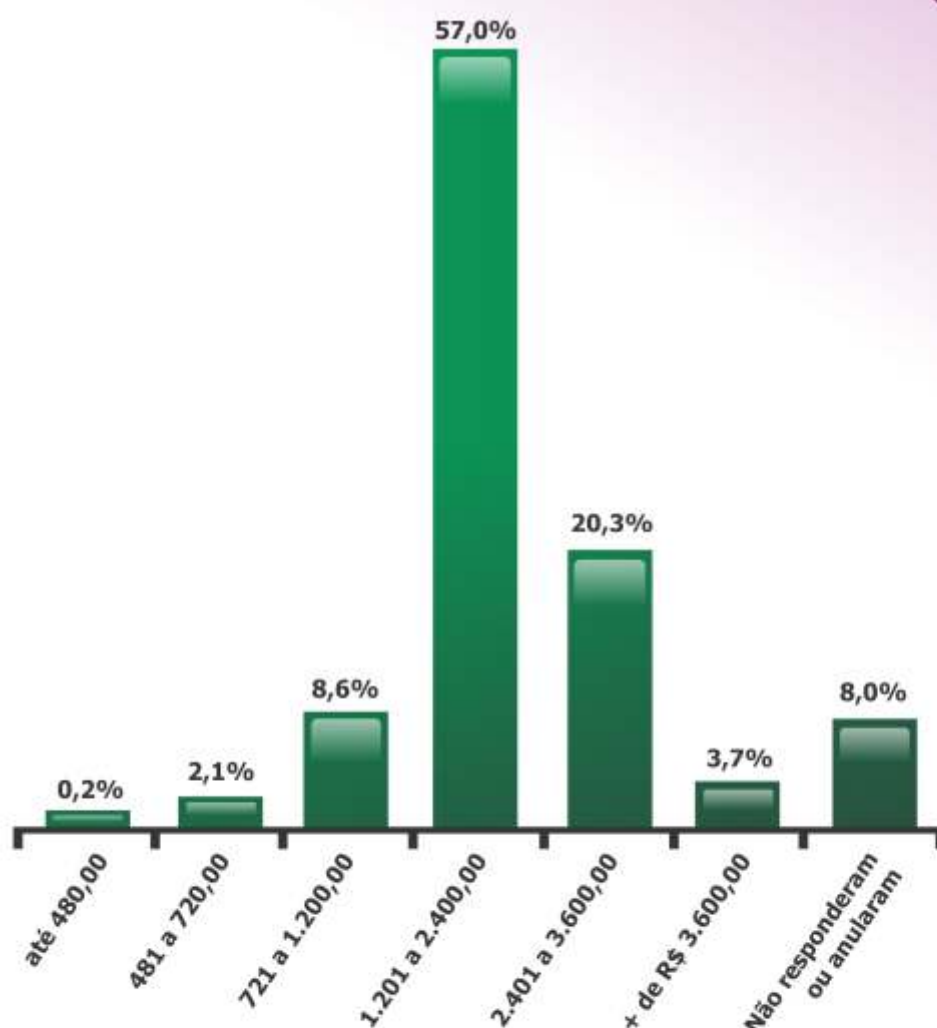
Com relação ao rendimento bruto mensal, 57,0% dos professores informaram ter recebido, no mês anterior à pesquisa, rendimentos entre R\$ 1.201,00 a R\$ 2.400,00, correspondentes de 2 a 5 salários mínimos vigentes no ano (R\$ 510,00).

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Faixa Salarial Bruta

GRÁFICO

12



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.6 Atuação na Rede Estadual

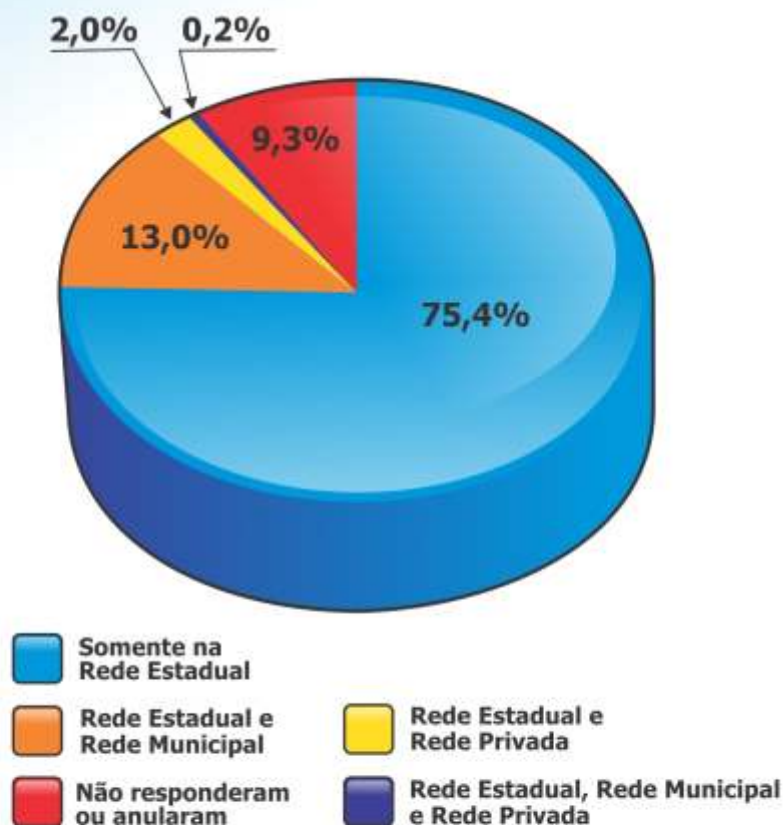
Uma porcentagem alta de professores, 75,4%, informou que lecionava somente na rede estadual e 13,0% na rede estadual e municipal, ou seja, a grande maioria (88,4%) trabalhava quase que exclusivamente na rede pública de educação. Apenas 2,0% disseram trabalhar na rede estadual e privada. A rede de ensino público apresentou-se como o vínculo mais importante dos professores que responderam à pesquisa.

GRÁFICO

13

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Atuação na Rede Estadual



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.7 Número de Escolas e período em que leciona

Ao ser questionado sobre a quantidade de escolas que lecionava, 65,1% responderam em apenas uma escola; 22,9% disseram trabalhar em duas escolas e 8,0% em 3 escolas.

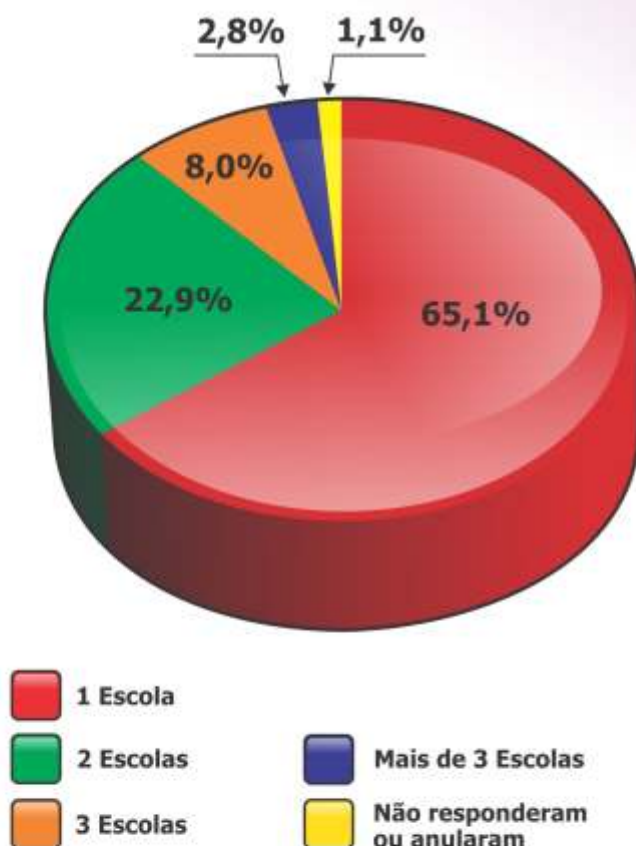
Observa-se que a maioria (88,0%) dos professores da pesquisa lecionam em até duas escolas e 8% dos professores trabalhavam em três escolas.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Nº de Escolas e período em que leciona

GRÁFICO

14



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

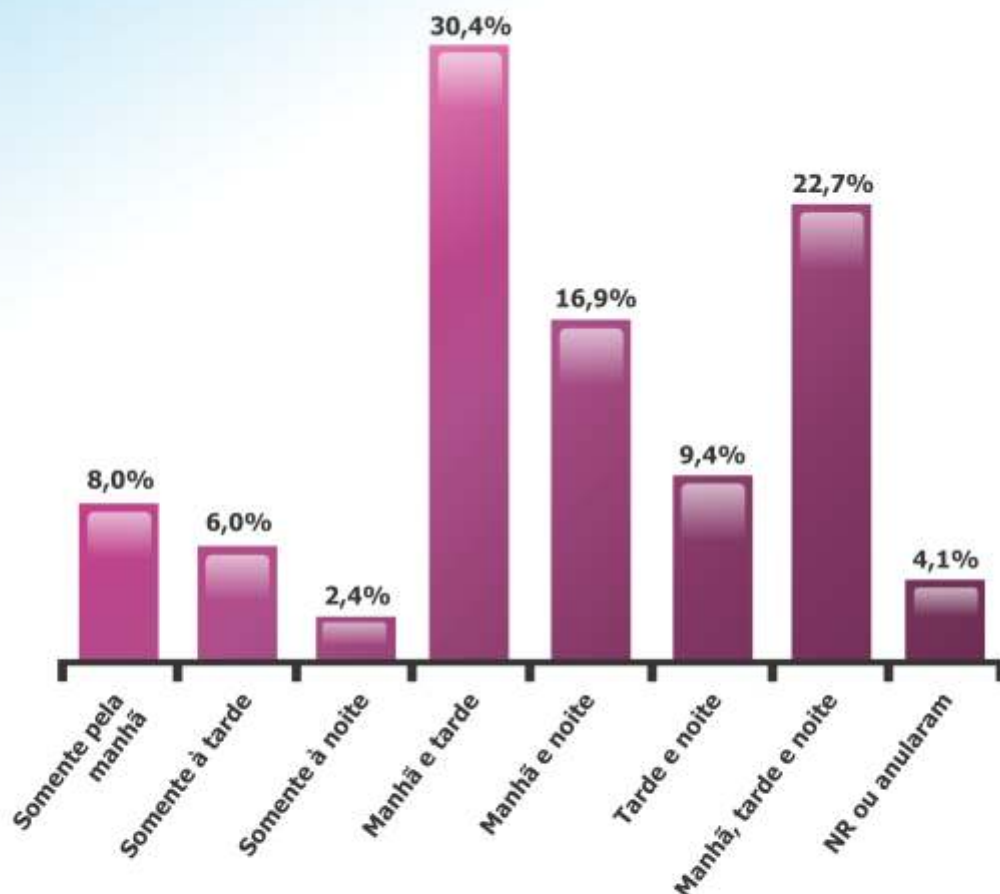
Do total dos professores pesquisados, 22,7% lecionavam nos três períodos (manhã, tarde e noite). Do total de respostas, 56,7% lecionavam em pelo menos dois períodos (30,4% manhã e tarde; 16,9%, manhã e noite; 9,4% tarde e noite). Apenas 16,5% lecionavam em apenas um período (8,0% manhã; 6,0% à tarde e 2,4% à noite).

GRÁFICO

15

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Períodos em que leciona



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.8 Número de alunos

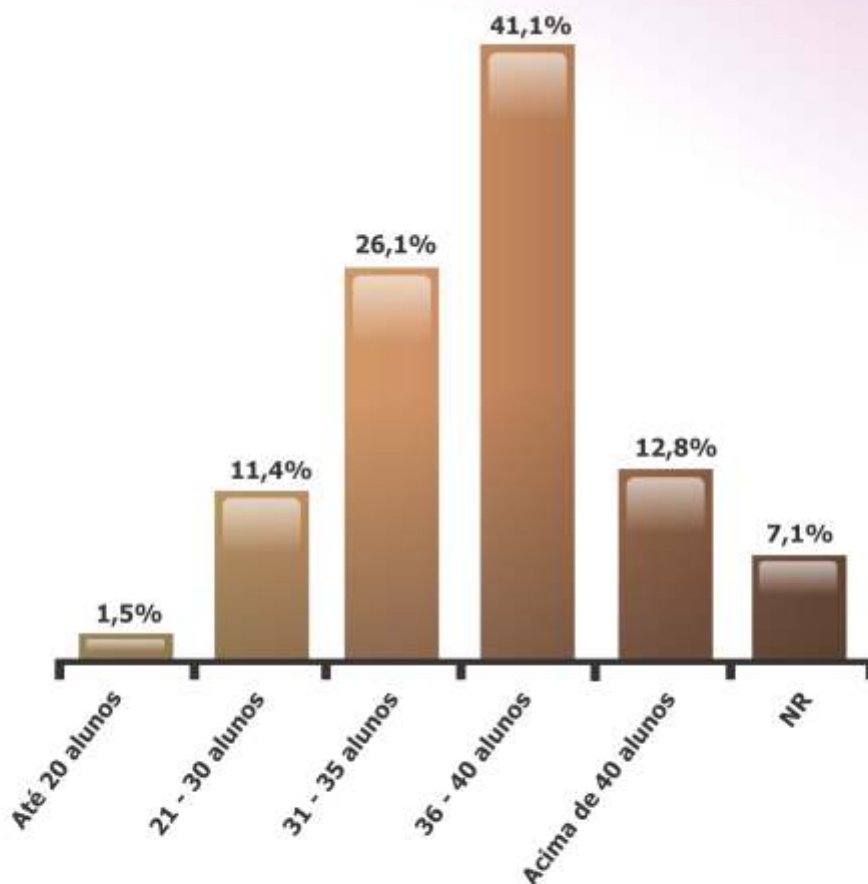
Do total dos pré-delegados que responderam à pesquisa, 41,1% lecionavam para a faixa entre 36 e 40 alunos por sala de aula; 26,1%, para a faixa de 31 a 35 alunos; 12,8% para a faixa acima de 40 alunos e 11,4% de 21 a 30 alunos.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Número de Alunos por Sala de Aula

GRÁFICO

16



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

1.3.9 Exercício de outras atividades de trabalho fora da rede de ensino estadual

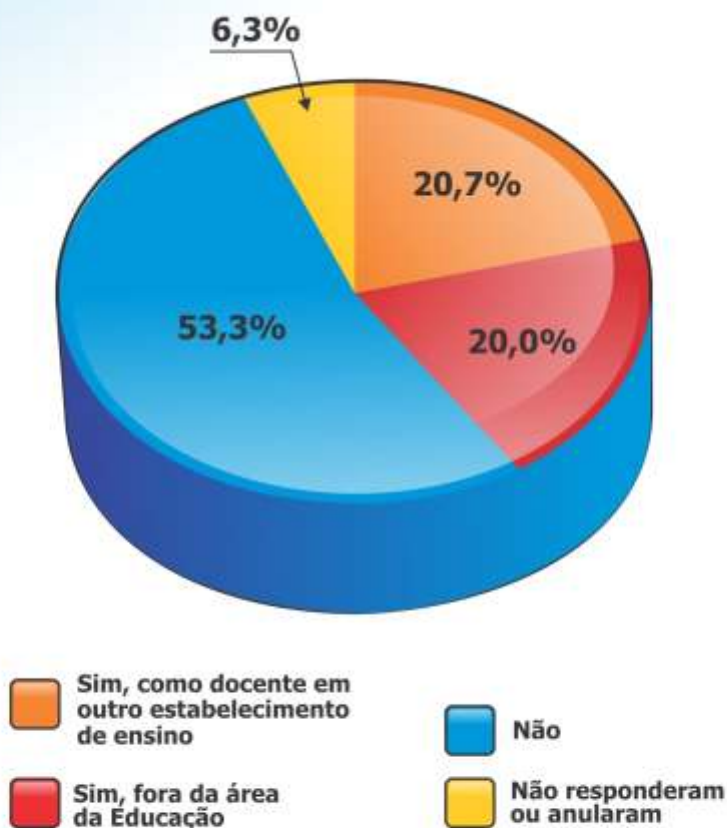
Pouco mais da metade dos professores entrevistados na pesquisa APEOESP/DIEESE, 53,3%, não possuía outra atividade laboral. Dentre os 40,7% que complementavam a renda com outra atividade, 20,7% a faziam em outro estabelecimento de ensino e 20,0% fora da área de educação.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

GRÁFICO

17

Complementação ou Não de Salários em outras Atividades



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

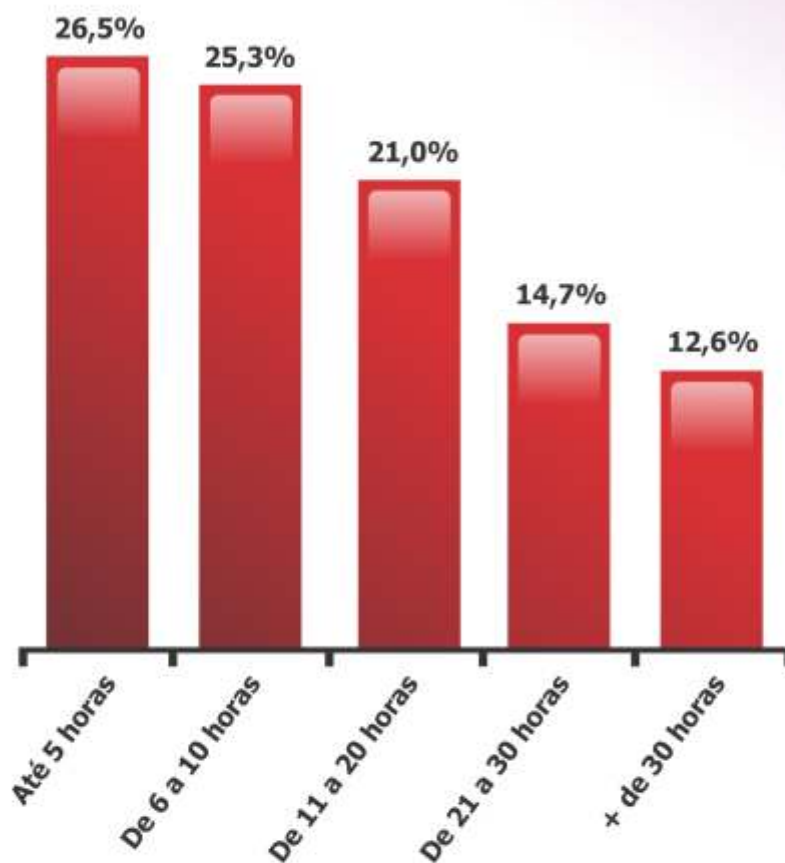
Dos que complementavam a renda com outra atividade, 26,5% dedicavam até 5 horas semanais para a atividade; 25,3% de 6 a 10 horas; 21,0%, entre 11 e 20 horas; 14,7%, entre 21 e 30 horas, sendo que 12,6% dedicavam mais de 30 horas semanais em outra atividade fora da rede.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Carga horária dedicada a outras atividades fora da rede de ensino

GRÁFICO

18



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

2 - Ambiente de Trabalho do Professor

As condições de trabalho na pesquisa APEOESP/DIEESE foram analisadas tendo como base as informações relacionadas às exposições aos riscos físicos e químicos (ruído, iluminação, ventilação, poeiras e gases), às condições de higiene nos diversos locais da escola (sala de aula, refeitório, banheiro, vestiários, lixo, dentre outros) e às condições de infra-estrutura (instalações elétricas e hidráulicas, mobiliário, pisos, telhados, janelas, portas, paredes, lousa e escadas).

2.1 Exposição a riscos físicos e químicos

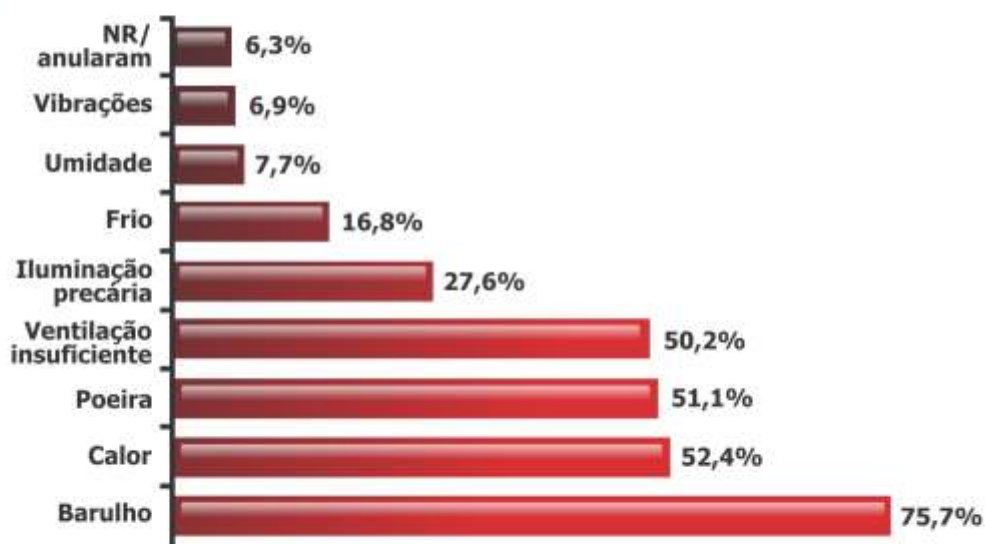
O barulho (75,7%) foi a principal queixa apresentada pelos professores entrevistados. As queixas sobre calor, poeira e ventilação insuficiente aparecem para pelo menos metade dos professores. Condições de trabalho ruins devem afetar qualquer trabalhador, ainda mais se esta situação se mantém desde 2003. Conforme apontou a pesquisa realizada pelo DIEESE/APEOESP naquele ano, o barulho era a reclamação mais frequente entre os participantes entrevistados.

GRÁFICO

19

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Queixas sobre o Ambiente de Trabalho



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

Quanto aos riscos naturais, 57,8% disseram não sofrer nenhum tipo de risco e 14,6% não responderam esta pergunta. Apenas 7,5% possuem problemas com enchentes, para 6,4% a neblina é fator de risco; para 4,0% os gases e substâncias químicas afetam o dia a dia das escolas; 3,5% sofrem com desmoronamento.

2.2 Condições de Higiene das Escolas

A avaliação das condições de higiene e limpeza das escolas ficou dividida entre ótimo/bom e regular. A sala de aula teve a pior avaliação; 38% dos professores declararam regulares as condições de higiene e limpeza e 23% disseram ser ruins/péssimas. A sala dos professores foi considerada regular para um terço dos participantes. Pelo menos 30% afirmaram serem regulares as condições de sanitários, reservatórios ou caixas d'água, lixo e bebedouros.

Condições de Higiene das Escolas

QUADRO
2

Avaliação das condições de higiene e limpeza da escola (%)

Item de avaliação	Avaliação			
	Ótimo/ Bom	Regular	Ruim/ Péssimo	Não responderam / anularam
Refeitório	48%	26%	15%	11%
Sanitário	39%	30%	23%	8%
Reservatórios ou caixa d'água	38%	29%	17%	16%
Lixo	40%	29%	20%	11%
Bebedouros	38%	30%	22%	10%
Vestiários	22%	18%	27%	33%
Esgotos	37%	26%	17%	20%
Sala de aula	31%	38%	23%	8%
Sala dos professores	36%	33%	21%	9%

Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DÍEES, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

2.3 Avaliação da Estrutura Física das Escolas

Os itens mobiliário e lousas apareceram como os mais problemáticos entre os professores que participaram da pesquisa, com 37% e 35% respectivamente. Para pouco mais de 30% dos entrevistados, as paredes, instalações elétricas e hidráulicas, pisos, janelas e portas foram consideradas em condições regulares, praticamente a mesma avaliação realizada na pesquisa de 2003.

QUADRO

3

Avaliação da Estrutura Física das Escolas

Avaliação da estrutura física da escola (%)

Item de avaliação	Avaliação			
	Ótimo/ Bom	Regular	Ruim/ Pêssimo	Não responderam / anularam
Mobiliário	33%	37%	21%	8%
Paredes	44%	31%	17%	9%
Instalações elétricas	36%	31%	23%	9%
Instalações hidráulicas	39%	32%	19%	11%
Pisos	37%	31%	23%	9%
Telhado	41%	29%	20%	10%
Janelas	34%	34%	24%	9%
Portas	33%	32%	26%	9%
Lousas	27%	29%	35%	8%
Escadas	38%	27%	15%	20%
Corrimão	33%	21%	21%	25%

Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

O pesquisador Wanderley Codo, da Universidade de Brasília, em seu trabalho *Educação: carinho e trabalho* (2003), indica os materiais de apoio ao ensino (som, biblioteca, computadores, copiadoras, oficinas, etc.) e recursos que promovem melhores condições de trabalho (salas de repouso, telefones, armários para os professores, dentre outras condições) como os itens com os piores resultados nas escolas brasileiras, de acordo com o INFE (Índice de Infra-Estrutura das escolas brasileiras).

2.4 Principais causas de sofrimento no exercício do trabalho apontadas pelos professores

A dificuldade de aprendizagem dos alunos (75,5%) aparece como a principal causa de sofrimento no trabalho. Em segundo lugar está a superlotação das salas de aula (66,2%), jornada de trabalho excessiva (60,1%) e violência nas escolas (57,5%).

Para mais de 40% dos participantes da pesquisa, também são causas de sofrimento no exercício da profissão os seguintes itens: situação social dos alunos, sobrecarga de atividades, falta de recursos pedagógicos e de material didático e a dupla jornada de trabalho (trabalho remunerado+doméstico).

Importante ressaltar aqui as diferenças com os resultados dessa mesma pesquisa realizada em 2003: a superlotação das salas de aula (72,6%) apareceu em 1º lugar, seguido da falta de material didático (67,3%). A dificuldade de aprendizagem dos alunos aparece em terceiro lugar na pesquisa de 2003, com 64,9%.

Situações que causam incômodo ou sofrimento no trabalho

GRÁFICO
20



As diferenças entre os resultados das pesquisas realizadas em 2003 e 2010 revelam que algumas das variáveis analisadas possuem complementariedade, como é o caso da superlotação das salas de aula, que em 2003 ficou em 1º lugar nas causas de sofrimento no trabalho e na pesquisa de 2010 cai para a 3ª posição. O oposto ocorre com a dificuldade de aprendizagem dos alunos, em 3º lugar na pesquisa de 2003, saltando para a 1ª posição em 2010.

Outra variável relacionada com essas informações é o número de alunos por sala. A média na pesquisa 2010 foi de 36,3 alunos por sala de aula, dado bastante elevado tanto em relação à recomendação da Conferência Intergovernamental UNESCO/ OIT (Organização Internacional do Trabalho), realizada em Paris em 1966, que preconiza o número máximo de 30 alunos/sala, quanto em comparação à bibliografia levantada e à reivindicação histórica da APEOESP de até 25 alunos por sala nos anos iniciais, até 30 alunos por sala nos anos finais do ensino fundamental e até 35 alunos por sala no ensino médio.

3 - Saúde e adoecimento dos professores

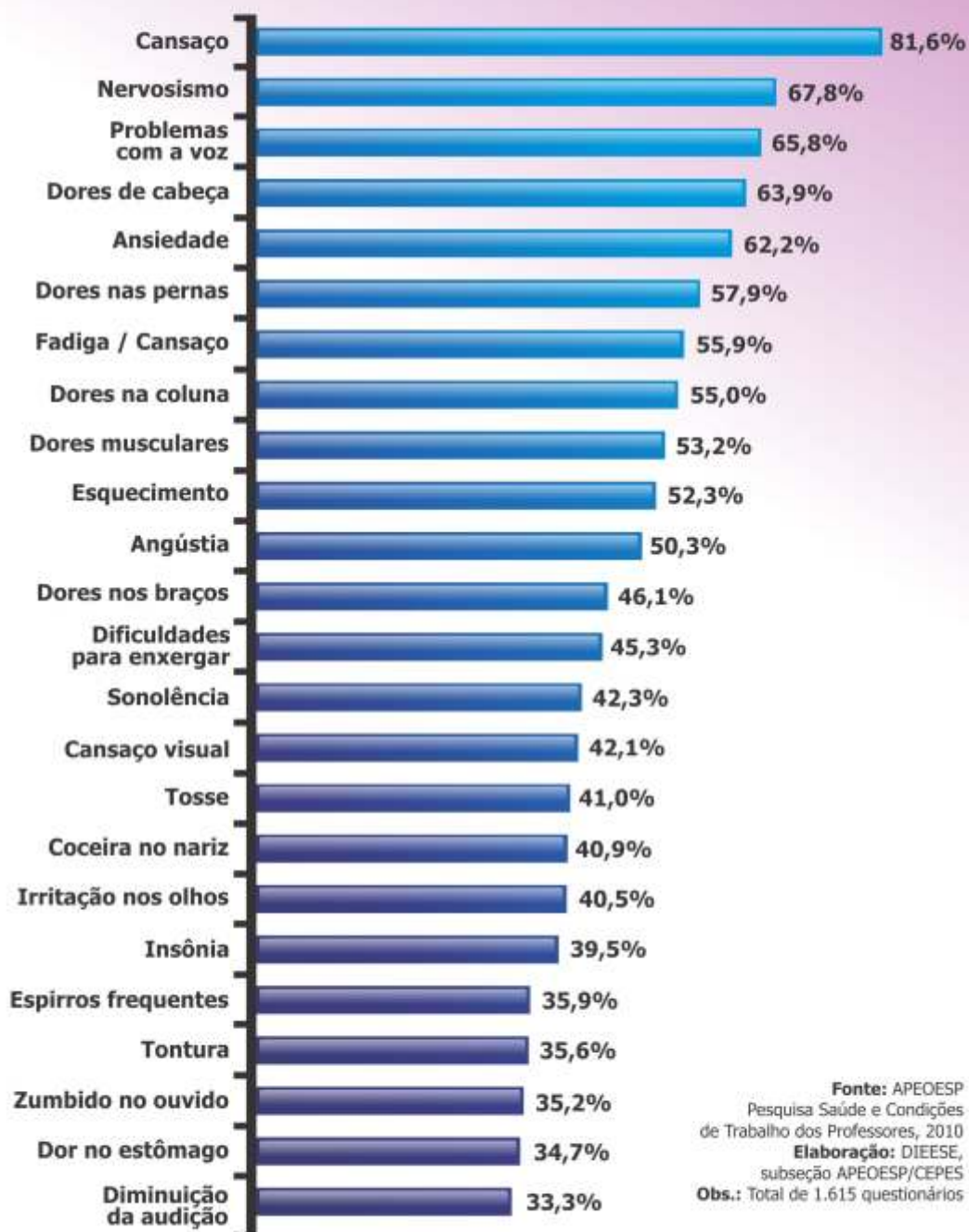
3.1 Sintomas e percepções

Ao serem perguntados sobre sintomas apresentados atualmente, os professores responderam principalmente o cansaço (81,6%), seguido de nervosismo (67,8%), problemas com a voz (65,8%) e dores de cabeça (63,9%). Muitos outros sintomas também apresentaram alto índice de incidência, como no caso de ansiedade (62,2%), dores nas pernas (57,9%) e fadiga (55,9%).

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Principais Sintomas

GRÁFICO
21



O cansaço e o nervosismo caracterizam-se por manifestações físicas e mentais relacionadas e agravadas pelos incômodos do ambiente e da organização do trabalho (barulho excessivo, estrutura física das escolas ruins etc). A estrutura dos sintomas é a mesma da observada na pesquisa de 2003, mas o grau de incidência em 2010 foi maior. Em 2003, a queixa de cansaço foi de 79,7%, enquanto o nervosismo foi de 61,1%, seguida pelos problemas da voz (57,1%) e dores nas pernas (57,1%).

3.2 Diagnósticos confirmados de doenças

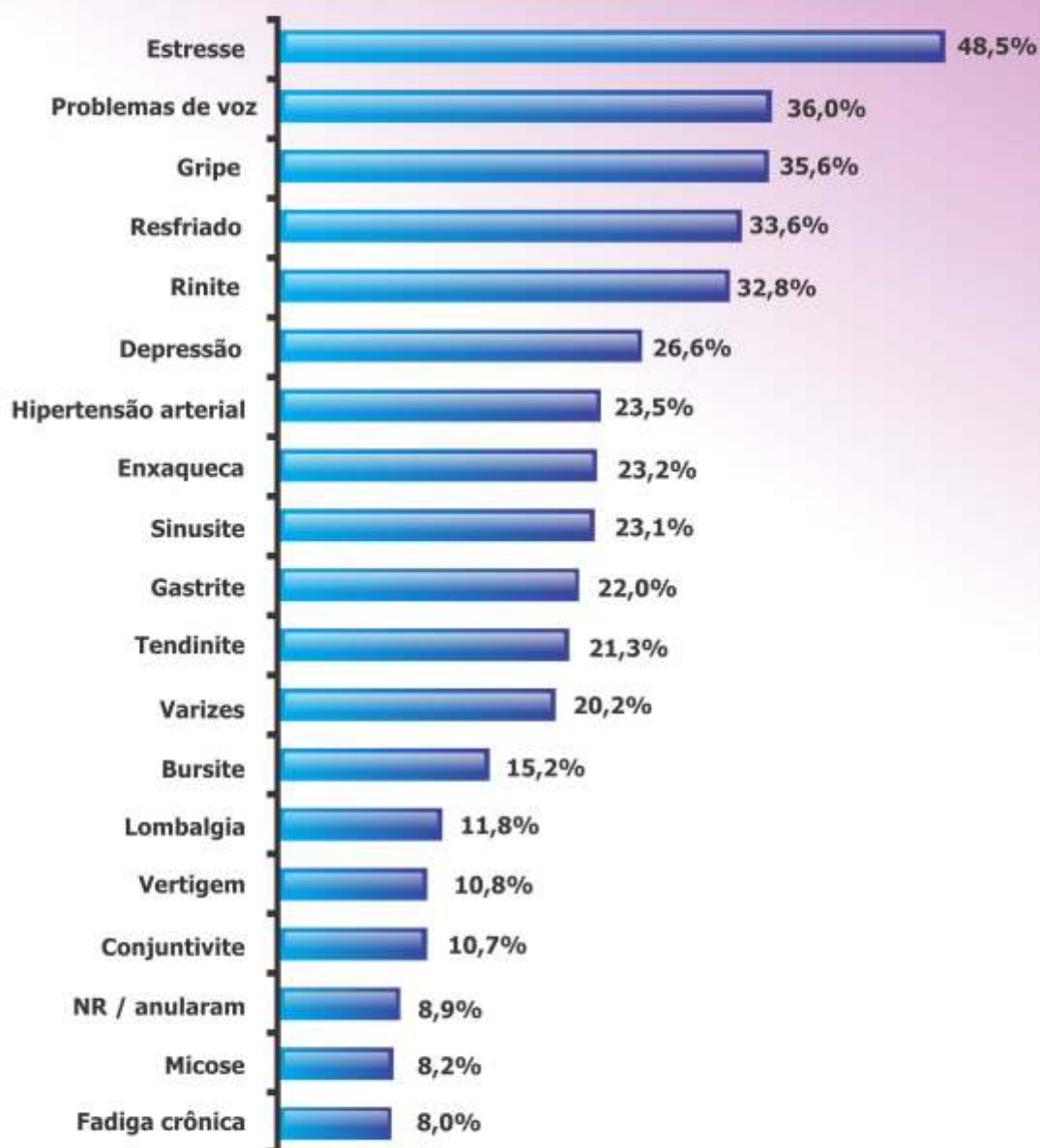
No quesito diagnóstico confirmado de doenças, o estresse (48,5%) obteve a maior frequência, configurando elevada incidência entre os professores entrevistados. Os problemas de voz aparecem em segundo lugar (36,0%), seguido da gripe (35,6%), resfriado (33,6%) e rinite (32,8%). Observação distinta ocorreu na pesquisa DIEESE/APEOESP realizada em 2003: os distúrbios da voz apareceram na 5ª posição, com 26,2% da frequência.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Doenças com Diagnóstico Confirmado

GRÁFICO

22



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

O estresse decorrente da atividade de ensinar é reconhecido em diversos estudos: a OIT (Organização Internacional do Trabalho) considera o estresse um risco ocupacional significativo do educador. Não por acaso, observou-se na pesquisa alta relação entre aqueles que possuíam estresse e apresentaram sintomas de nervosismo e ansiedade.

A depressão é uma patologia que com frequência leva à incapacidade para o trabalho e é responsável por longos períodos de afastamento. Nesta pesquisa (2010), a depressão também apareceu com alta incidência (26,6%); informação bastante parecida com a observada na pesquisa DIEESE/APEOESP de 2003 (25%). Lembremos que 62,2% dos professores afirmaram sentir ansiedade.

3.2.1 Distúrbios da Voz

A Pesquisa DIEESE/APEOESP demonstrou que 36,0% dos entrevistados afirmaram ter diagnóstico confirmado de problemas relacionados à voz. Esse mesmo tipo de distúrbio foi detectado na pesquisa feita em 2003, em que 26,2% dos entrevistados se referiram a problemas de voz.

3.2.2 Síndrome de Burnout

O quadro de queixas e sintomas relacionados à Síndrome de Burnout expressa de forma mais frequente (acima de 40%) o conjunto de componentes do grupo "exaustão emocional" (cansaço, sobrecarga, cobrança, exaustão emocional, frustração) que os grupos de "envolvimento pessoal" (satisfação, motivação, solidariedade e vontade de mudar de emprego) e "despersonalização" (falta de perspectiva, impaciência e insensibilidade). Interessante notar que do grupo "envolvimento pessoal", o item solidariedade entre colegas de trabalho (62,7%) é algo frequente entre os professores da pesquisa e independe do nível de satisfação (9,9%) desses professores.

A comparação da pesquisa DIEESE/APEOESP 2010 com a mesma pesquisa elaborada em 2003 demonstra que os resultados relativos à Síndrome de Burnout permanecem os mesmos, com os componentes do grupo "exaustão emocional" mais frequentes em relação aos dois outros grupos: "despersonalização" e "envolvimento pessoal".

Queixas e Sintomas relacionados à Síndrome de Burnout (esgotamento profissional)

		AVALIAÇÃO				
ITEM DE AVALIAÇÃO		Frequen- temente	As vezes	Nunca	NR ou anularam	
1	Cansado	54,0%	37,2%	2,5%	6,3%	Exaustão Emocional
2	Sobrecarregado	47,7%	40,8%	4,1%	7,4%	
3	Muito cobrado pelas pessoas	38,1%	46,3%	7,4%	8,2%	
4	Emocionalmente exausto	44,0%	44,1%	4,8%	7,2%	
5	Frustrado	43,4%	42,4%	7,9%	6,4%	
6	Vontade de mudar de profissão	34,4%	43,2%	14,8%	7,7%	EP
7	Sem perspectiva de futuro	38,2%	40,6%	13,7%	7,6%	Desperso- nalização
8	Impaciente com as pessoas	23,2%	56,9%	12,0%	7,9%	
9	Insensível com as pessoas	10,5%	47,7%	31,6%	10,1%	
10	Satisfeito	9,9%	69,4%	11,0%	9,7%	Envolvimento Pessoal
11	Motivado a aperfeiçoar-se	22,3%	50,7%	17,8%	9,2%	
12	Estimulado p/ novas atividades	23,5%	55,2%	11,3%	10,0%	
13	Acolhido em seu ambiente de trabalho	33,5%	50,0%	8,2%	8,2%	
14	Solidário e procura ajudar seus colegas sempre que possível	62,7%	28,9%	1,5%	6,9%	

Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

3.3 Assistência Médica

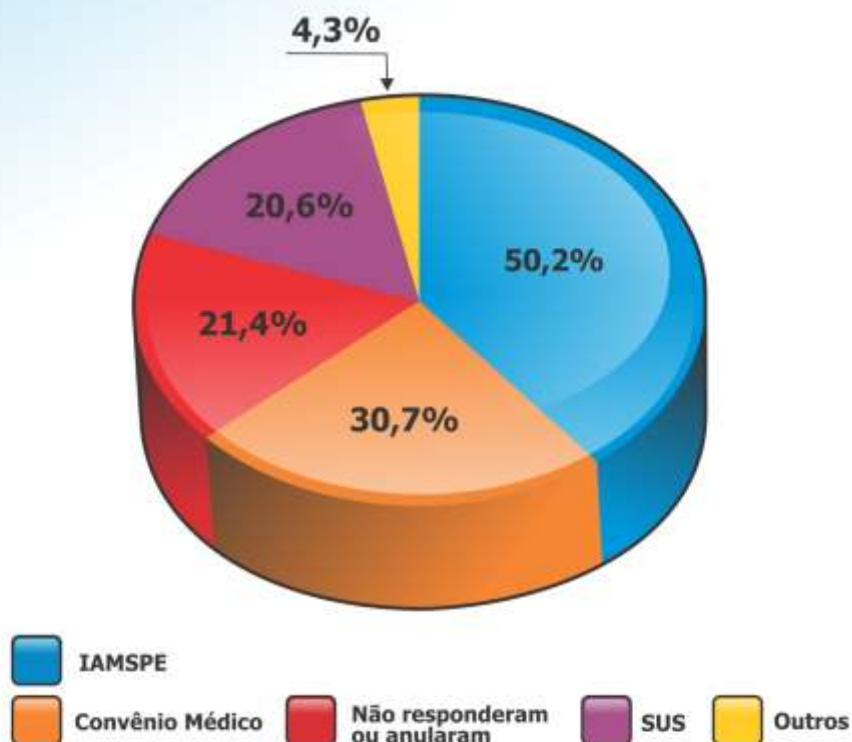
A participação dos professores segundo o tipo de assistência médica revela o IAMSPE (50,2%) como o principal serviço utilizado; o item convênio médico é utilizado por 30,7% dos professores, seguido do Sistema Único de Saúde (SUS), com 20,6%. Este tema obteve alto índice de questionários sem resposta, de modo que os comentários abertos sobre esta questão também foram em pequena quantidade.

GRÁFICO

23

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Tipo de assistência médica utilizada



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

Os principais comentários relativos à assistência médica em geral, em ordem decrescente de frequência, foram relacionados da seguinte forma:

- 1.** Demora na marcação de consultas, exames; poucos especialistas; limites para marcar exames;
- 2.** Críticas ao péssimo atendimento no IAMSPE;
- 3.** Elogios ao atendimento no IAMSPE, aos seus equipamentos e aos serviços de modo geral;
- 4.** Falta de atendimento médico em diversas regiões do interior (IAMSPE);
- 5.** Críticas aos preços dos convênios médicos particulares e dificuldade em utilizá-los;
- 6.** Necessidade de propostas eficazes para a melhora dos serviços médicos de modo geral

4 - Saúde dos professores e os limites ao direito de adoecer

Em 14 de abril de 2008, após intensa divulgação na grande imprensa sobre as “facilidades” que os servidores públicos tinham em faltar ao serviço “alegando” problemas de saúde, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou aquela que ficou conhecida como “lei das faltas médicas”, a Lei Complementar 1041.

A LC 1041/08 estabelece que o servidor não perderá seus vencimentos, remuneração ou o salário do dia, em virtude de consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde, quando:

- a) deixar de comparecer ao serviço, até o limite de seis ausências ao ano;
- b) entrar após o início do expediente, retirar-se antes de seu término ou dele se ausentar, até o limite de três horas diárias;
- c) os mesmos limites para o servidor que acompanhar em sessão, consulta ou tratamento de saúde, os filhos menores ou menores sob sua guarda, cônjuge ou companheiros e pais.

A última regra da lei determina ainda que o servidor requeira licença saúde para si ou para acompanhar pessoa da família, se a ausência exceder um dia. Essas faltas, naturalmente, devem ser devidamente comprovadas por meio de atestado ou documento idôneo equivalente.

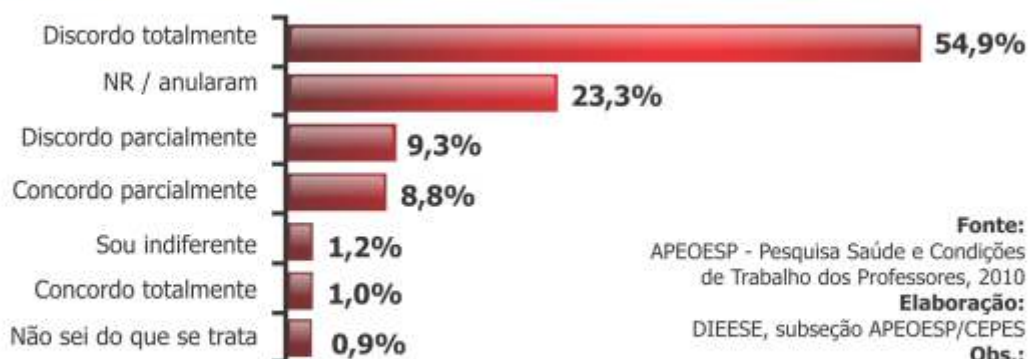
A pesquisa DIEESE/APEOESP elaborada em 2003 já alertava o governo quanto ao adoecimento dos professores da rede pública de ensino, mas mesmo com muitas evidências, a LC 1041/08 foi promulgada. Nesse sentido, era mesmo de se esperar que a maioria dos professores participantes da pesquisa se posicionasse contra o texto da Lei. Conforme demonstra o Gráfico 24, a maioria discorda totalmente (54,9%) do conteúdo da LC 1041/08.

GRÁFICO

24

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Opinião sobre o texto da Lei 1.041/2008



Fonte:

APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração:

DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.:

Total de 1.615 questionários

As consequências dessa lei são perversas para grande parte dos professores. A pesquisa DIEESE/APEOESP revelou que 35,4% dos professores deixaram de comparecer a consultas ou procedimentos médicos em virtude da LC 1041/08.

Participação dos Professores da Rede Estadual segundo:

Deixaram de comparecer a consultas

GRÁFICO
25



Fonte: APEOESP - Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010

Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/CEPES

Obs.: Total de 1.615 questionários

Tratamentos médicos em geral levam algum tempo, mas para os funcionários públicos do Estado de S. Paulo isso não é permitido e a culpa por estarem ou virem a ficar doentes é exclusivamente deles, pois parte-se do pressuposto de que o servidor falta demais e é urgente contornar a situação. Não existiu qualquer preocupação em realizar estudos dos motivos pelos quais o servidor público falta ao serviço.

O governo de São Paulo, ao publicar lei com tamanho desconhecimento da realidade, ignora completamente qualquer tipo de debate com aqueles mais interessados no assunto: os servidores públicos. Não ouviu sequer as representações sindicais e ignorou, mais uma vez, pesquisas e estudos realizados que alertam sobre a piora na saúde dos professores, produzindo uma legislação completamente autoritária.

Considerações Finais

A pesquisa DIEESE/APEOESP revela uma série de indicadores importantes relacionados à saúde dos professores da rede pública estadual de São Paulo. Mesmo não sendo um retrato exato do professorado paulista, a fonte das informações é riquíssima, pois, quem melhor que os próprios professores para responder questões sobre condições de trabalho e saúde, relacionadas ao seu dia a dia em sala de aula? O centro da análise é o sujeito que sofre e adoecce dentro e fora das salas de aula.

Há, segundo Pina Ribeiro (2010), uma inflexão dos conhecidos acidentes e doenças típicas do trabalho para doenças chamadas atípicas. Doenças que eram associadas diretamente ao exercício do trabalho, a sua materialidade (como as atividades industriais), sofreram enormes transformações a partir do século XX, em boa medida devido à organização e resistência dos trabalhadores, que fizeram a violência explícita do trabalho reduzir. Porém, as chamadas doenças coletivas (atípicas) do trabalho, sem causalidade aparente com o mesmo, cresceram especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Vários estudos apontam as doenças coletivas do trabalho como as mais difíceis de identificar, permanecendo escondidas sob a imaterialidade do trabalho. Até 1987, as lesões por esforço repetitivo (LER) não eram reconhecidas pelos órgãos oficiais. A preocupação do estudo de Ribeiro (2010) é compreender estas formas coletivas de adoecer, influenciadas pelas relações internas e externas ao trabalho.

Estudar as formas coletivas de adoecimento dos professores, no caso desta pesquisa, é lançar luz ao debate e provocar o poder executivo, responsável pelas políticas de saúde, a ouvir aqueles que sofrem as consequências dessas políticas, e não simplesmente editar uma lei que limita as faltas médicas, como se o problema estivesse assentado naqueles que adoecem em decorrência, principalmente, das péssimas condições de trabalho. Avaliar por que tantos professores possuem estresse (48,5%), problemas de voz

(36,0%), depressão (26,6%), ao mesmo tempo em que as maiores causadoras de sofrimentos no trabalho são a dificuldade de aprendizagem dos alunos (75,5%), juntamente com a superlotação das salas de aula (66,2%), sintomas como o cansaço (81,6%) e interferências sérias como o barulho (75,7%); avaliar a causalidade destes indicadores é premente, de modo a propor soluções eficazes para combater os sofrimentos.

Conhecer cada vez mais as condições de trabalho e saúde do professor pode contribuir para entender melhor a causalidade das doenças coletivas do trabalho (LER, estresse, distúrbios da voz), tão difíceis de mensurar segundo os postulados de departamentos de perícias médicas. Os sintomas da Síndrome de Burnout, por exemplo, reforçam a Educação como atividade essencialmente social.

A pesquisa DIESE/APEOESP identificou também alguns grupos de informações para auxiliar a diretoria da APEOESP e a categoria no enfrentamento deste grave problema:

Informação – Consolidar informações sobre saúde, que possibilite configurar o perfil do adoecer do professor estadual, particularmente com as informações da perícia médica: licença médica, acidente de trabalho, readaptação e aposentadoria por invalidez.

Formação – Capacitação de diretores e representantes sindicais em temas relacionados à saúde do professor, como as Comissões Internas de Prevenção aos Acidentes (CIPA's).

Comunicação – Produção de materiais pertinentes à área de saúde do professor: promoção, prevenção e readaptação.

Promoção à Saúde – Desenvolver programas de promoção à saúde vocal e mental.

Legislação – Propor estatutos legais para regularizar as CIPA's, os exames médicos periódicos e os serviços de saúde e segurança no trabalho no serviço público estadual. Elaborar cláusulas de saúde para as negociações com os órgãos governamentais.

Glossário

Carga Horária Semanal Total – Soma de horas semanais efetivamente pagas para todos os docentes (PEB I, PII, PEB II), que constam de folha de pagamento.

Efetivo – Titular de Cargo provido por Concursos de Provas ou Provas e Títulos e Efetivo não concursado – efetivado por força de dispositivos legais anteriores a constituição de 1988.

IAMPSE - O IAMPSE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), criado em 9/7/1961, é um órgão vinculado ao Governo do Estado, subordinado à Secretaria da Saúde e mantido pelo desconto de 2% em holerite do funcionalismo público estadual.

Ocupantes de Função Atividade (OFA) – É o professor admitido em caráter temporário – ACT (Lei 500/1974), extranumerário e servidor admitido nos termos do artigo 203 da Lei Complementar no 180, 12/05/1978, sendo vinculado pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Professor de Educação Básica I (PEB I) - É o docente com curso superior, licenciatura plena ou curso normal em nível médio ou superior, que atua nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. São computados como PEBI, os docentes com licenciatura plena que atuam em componente curricular diverso de sua habilitação, os bacharéis e os de licenciatura curta, remunerados no nível IV e os docentes não portadores de curso superior que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, remunerados no nível I.

Professor de Educação Básica II (PEB II) - É docente portador de curso superior, licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em área própria ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente, que atua nas quatro séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Salário Bruto – Corresponde ao somatório dos salários e vantagens pessoais, sem os descontos legais ou outros, calculados para o total de funcionários ou servidores enquadrados em níveis correspondentes.

Suporte Pedagógico - Diretor de Escola, Supervisor de Ensino, Dirigente Regional de Ensino, e as funções de Vice-diretor e Professor Coordenador.

Referências Bibliográficas

CODO, W. Educação: carinho e trabalho (Org). 3ª ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2003.

DIEESE/APEOESP. Saúde dos professores em questão: Perfil, Condições de Trabalho e Percepção da Saúde, 2003.

DIEGUEZ, F. Professores, elo frágil da educação. Revista de Estudos Avançados da USP. Volume 21 – Número 60. Maio/Agosto 2007.

RIBEIRO, H. P. Trabalho, saúde e cidadania: as LER e os transtornos da voz. Cadernos de Educação da CNTE. Ano XV, número 22 – janeiro e junho, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Centro de Informações Educacionais (CIE). Boletim de Acompanhamento de Pessoal, janeiro 2011.

Para além do silêncio e da culpa

Eduardo Amaral

Professor efetivo de Filosofia da rede oficial de ensino do Estado de SP

É curioso, senão sintomático, que na escola, entre os professores, pouco discutamos o chamado "absenteísmo docente". A recorrência das "aulas vagas", se comprometem a aprendizagem dos alunos, também trazem prejuízos à normalidade da rotina escolar: juntar turmas, "adiantar aula", dispensar os alunos, ou deixá-los sozinhos no pátio? Seja quais forem as alternativas encontradas para driblar a ausência de um ou mais professores no período de aula, é de se supor que isso traga alguma desordem ao planejamento dos demais professores presentes. Não seria este um tema candente para uma reunião pedagógica? — Contudo, não: a ausência, por ser ausência, nada tem de pedagógico; pelo contrário, ela revela antes uma renúncia pedagógica. Mas a que se renuncia? Perguntar pelo silêncio sobre esta questão talvez diga muito do porquê os professores faltem.

1. Com efeito, o "absenteísmo" tornou-se mais um entre outros bodes expiatórios de nossas mazelas educacionais. Se a educação vai mal – e essa é a impressão geral que se tem presente na sociedade – corre-se a procurar os "culpados" e, ao encontrá-los, puni-los severamente pela falta cometida. Esta é a abordagem que o tema tem recebido nos inúmeros artigos, editoriais e reportagens na imprensa, bem como no discurso das autoridades e nas medidas governamentais adotadas contra o absenteísmo. O professor faltoso é réu acusado de boicote ou sabotagem às melhorias da educação.

Ora, se alguém falta ao emprego e sabe que este dia poderá ser descontado do salário, é razoável pensarmos que ninguém deixe de comparecer sem motivos. Entretanto, em se tratando de professores das escolas públicas, dá-se a entender que agiriam por simples má-fé, escorados em uma legislação demasiadamente permissiva. A ausência do professor revelaria sua "falta de compromisso" com a escola, a despeito de quaisquer "circunstâncias atenuantes" alegadas; ou então, seus motivos parecerão mais ou menos aceitáveis, segundo a opinião do gestor e de seus colegas. Trata-se aí de uma avaliação do caso concreto, particular, quando sua idiossincrasia estará exposta à complacência de uns e/ou à crítica de outros.

Senão, vejamos: para aquele que se ausenta, sua falta também parecerá absolutamente pessoal, mas desculpável — e só há desculpas onde exista sombra de algum sentimento de culpa que lhe seja

introjetado e do qual deseja se desvencilhar. Qualquer um preferiria ficar de repouso em casa quando acometido por alguma enxaqueca ou outra indisposição física qualquer, ou para dar auxílio a algum familiar adoentado; é certo que em princípio não recairia aí nenhuma culpa, pois os motivos fogem completamente à sua vontade. Contudo, trata-se ainda assim de uma escolha entre ir ou não ao trabalho, pois haverão aqueles “heróis” da causa educacional que não faltariam nem mesmo em situações análogas. Idiossincrasias à parte – ou, como se diz: “cada um com os seus problemas” – tais exceções “heróicas” do sacrifício pelo trabalho e da abnegação, valorizados profissionalmente, tornam-se a medida para julgar quem falta ao trabalho.

É evidente que nestas condições haja um “constrangimento moral” que impede qualquer discussão aberta sobre o tema que não recaia no caso específico, entre censura e complacência, por um lado, e entre justificativa e desculpa, por outro.

2. Se fossem casos isolados e não repercutissem nas estatísticas, poderíamos supor que se tratasse tão somente de casos particulares, resultados de contingências e acidentes tratados de forma singular por cada professor, que alegará em sua defesa os seus motivos como justificativa de sua falta – e será difícil atinar nesta diversidade de causas alegáveis uma causa comum que torne possível explicar a alta incidência de faltas entre os professores. No entanto, há pesquisas que apontam para uma questão de saúde que acomete os professores, a considerar primeiramente as faltas motivadas por consultas médicas ou doenças relacionadas ao exercício profissional.

Este é um indício importante a ser analisado, na medida em que as condições de trabalho encontradas pelos professores promovem sua fadiga física e psíquica. Vários estudos sobre a questão apontam para um mesmo diagnóstico: a escola tornou-se insalubre. Um mal-estar veio residir no espaço escolar, um sentimento de impotência e frustração enormes frente a novas injunções escolares e a cobranças cada vez maiores, quando a educação ganha centralidade para uma sociedade altamente complexa de conhecimentos e informações e é preconizada como “prioridade de todos” — isso, em condições de trabalho que não correspondem ou até mesmo sejam adversas a tais exigências.

O sintoma maior desse mal-estar são as inúmeras faltas motivadas por doenças psíquicas, cada vez mais frequentes; soma-se a isso ainda um alto índice de professores medicados, afastados ou não da sala de aula, com sintomas de estresse, nervosismo — e depressão. Ao tentar corresponder às expectativas, o professor “compromissado” sucumbe à Síndrome de Burnout, cujo efeito é o avesso: descomprometimento com a escola, abandono dos vínculos afetivos com os alunos e colegas. O absenteísmo então será uma estratégia defensiva à experiência dolorosa deste mal-estar.

As causas aqui ainda são as conjunturais, que seriam amenizadas caso

certas condições para o trabalho docente fossem observadas, como redução do número de alunos em sala de aula e jornada de trabalho adequada — nada que seja novidade, desde há muito na pauta de reivindicações do movimento sindical. As faltas médicas nos apresentam senão sintomas, nada desprezíveis, mas de todo modo conjunturais, de uma causa mais profunda, que é estrutural.

3. Por um lado, o discurso da culpabilização: os professores seriam maus profissionais, responsabilizados pelos prejuízos educacionais, sendo, além disto, descritos também como “incompetentes”, “mal formados” etc, em uma espécie de campanha sistemática e repetida que em tudo lembra o assédio moral. De outro, denunciando as precárias condições de trabalho em extenuantes jornadas, um discurso defensivo em que os professores seriam as vítimas, isentas assim de quaisquer responsabilidades pelo absenteísmo. De parte a parte, no entanto, algo nos escapa — mas que não é incomum a nenhuma outra ocupação profissional e que tem a ver com as transformações recentes no mundo do trabalho, quando o desemprego é crônico, os direitos são “flexibilizados” a fim de conter os custos da produtividade e a exploração do trabalho chega ao seu máximo. Trocando em miúdos, os professores se ressentem ao reconhecerem, de modo ineludível, sua “proletarização”, por causa dos salários apequenados, mas também, e sobretudo, pela profunda perda da identidade que sustentava a carreira do magistério.

Com efeito, isso encontra eco entre os professores, quando o silêncio é rompido, dando voz a uma posição defensiva (e um tanto cínica) segundo a qual a baixa remuneração justificaria o baixo comprometimento com a escola, como se existisse alguma relação mecânica e necessária entre “dinheiro” e “compromisso”. A situação é levada ao paradoxo: ou o professor não falta porque seu salário curto receia qualquer desconto no holerite, argumento mobilizado inclusive para não se aderir a uma greve; ou — permitam-me o chiste — o professor falta porque, por tão pouco, “mais-valia” ficar em casa, numa versão bastante heterodoxa da teoria econômica.

Também as recentes políticas públicas que, a título de “valorização do magistério”, prometem prêmios e bônus aos professores, são a outra face da moeda. Paga-se mais a quem tiver mais “compromisso”, isto é, ter assiduidade e “alto desempenho no exercício de suas funções”, a serem mensuradas em exames padronizados. Aos demais professores, que não alcançarem tamanha “distinção”, permanecerão com os salários apertados. A valorização do “mérito”, se é que distingue os “melhores”, mantém o conjunto da categoria com salários em nada condizentes com a suposta “nobreza da ocupação”, mantendo ainda inalteradas as condições de trabalho.

Não se quer aqui justificar o absenteísmo por uma simples questão salarial, mas por aquilo que tal posição revela, em primeiro lugar como desvalorização profissional: ser apenas um professor já não serve de

"distinção" a ninguém. O salário traduziria assim o baixo reconhecimento ou baixa valorização social da profissão, indício que também se pode notar na baixa procura de cursos de formação de professores nas universidades pelos jovens que ainda ingressarão no mercado de trabalho. A imagem do professor, com efeito, perdeu seu brilho: ofuscou-se entre outras ocupações mais ou menos rentáveis. Trata-se pois do reconhecimento de que vendemos, por umas poucas merrecas, nossa força-de-trabalho; à nossa resistência ao rebaixamento de custos, não faltará quem aceite o "preço", em um mundo cuja precariedade tem sido a marca para quem vive do trabalho.

4. "Proletário" é o trabalhador indistinto, disponível para ocupar um "emprego", qualquer que seja, e para o qual o patrão o reconheça suficientemente capaz para a execução de uma determinada tarefa. Ou seja, somos tão trabalhadores quanto qualquer outro operário assalariado se não há mais qualquer "distinção" em ser professor ou outra coisa — e eis o sentido mais entranhado dessa proletarização, que incide sobre a identidade profissional, cuja perda torna indiferente quem esteja em sala de aula. Somos então força-de-trabalho, tomada aqui sem nenhuma especificidade "docente" e talvez porque esta especificidade também já tenha se perdido.

Talvez o ofício docente tenha sofrido algo de semelhante ao que se sucedeu antes a outros ofícios quando da revolução industrial que, marcadamente, deu forma à esta classe social dos proletários. Tudo se passa agora como se a escola se convertesse em uma fábrica, e o trabalho artesanal perdesse lugar para a linha de produção. [O sugestivo argumento que desenvolvo a partir deste ponto se deve um relato que chegou a mim através do professor Matheus Lima, da rede pública estadual, de uma conversa com um colega. Quanto à passagem, devo também indicar a leitura de um precioso ensaio do professor Roberto Schwarz, "Didatismo e Literatura" in *O Pai de Família*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.]

No trabalho artesanal, o trabalhador era senhor de seu próprio fazer, da habilidade técnica de que dispunha, dos meios de produção e finalmente do produto de seu fazer; era responsável por todo o processo de produção, desde o planejamento até a fabricação do produto e sua venda. O trabalhador se reconhece na "obra", enquanto execução sua, enquanto investimento de sua força-de-trabalho, de seu engenho e criatividade, de sua autonomia. É certo também que a produção era assim limitada, porque também o artesão é senhor de seu próprio tempo: ele trabalha no ritmo de sua destreza e de suas possibilidades. Essa é a experiência do trabalho através da qual forja sua própria identidade.

Quando o aumento na demanda da produção extrapola as condições dadas, uma reconfiguração no trabalho é exigida, primeiramente com as manufaturas, em que o processo de produção é dividido entre vários artesãos, divisão que culminará depois na produção fabril, nas fábricas

em que o trabalhador tem sua força-de-trabalho empregada sob o ritmo das máquinas e com acelerado aumento da produtividade. Contudo, aí, o trabalhador já não é mais senhor de nada. Vende seu “tempo” em troca de um salário, tempo pelo qual o patrão faz uso da sua força-de-trabalho, expropriando o trabalhador de sua própria “obra”, na qual não mais poderá se reconhecer, expropriando-o também de seu fazer. Para as tarefas que agora são exigidas, qualquer especificidade que conferia à obra a identidade do trabalhador é esvaziada: sua destreza, habilidade técnica, engenho ou criatividade não mais lhe pertencem, embrutecidas em tarefas parciais e repetidas à exaustão. Assim, tais tarefas podem ser desempenhadas por qualquer um, “proletário”, trabalhador indistinto, massa de mão-de-obra disponível e, portanto, barateada.

5. Ora, a recente universalização do acesso à escola trouxe obviamente um aumento na “demanda” e uma exigência por aceleração no ritmo da “produtividade”, ou seja, do fluxo de promoção dos alunos até sua diplomação. Novos recursos, técnicas e tecnologias estão à disposição dos professores para “ensinar mais e melhor”, em apostilas, livros didáticos, vídeos e toda sorte de metodologias e pedagogias. Mais do que isto, até: exige-se da escola uma “gestão competente”, que faça o trabalho render e ter qualidade e, para tanto, há que se estabelecer metas e objetivos, controlar cada passo, cada procedimento adotado, monitorá-los e avaliá-los. Nada disso é estranho ao dia-a-dia da escola. Não por acaso um tal discurso educacional é, na verdade, uma transposição do discurso do administrador de empresas, e o mesmo se repete seja em uma escola ou em uma fábrica. Esta contaminação da educação pela administração – não apenas discursiva, mas nas práticas adotadas dentro da escola, inclusive as tediosas “dinâmicas motivacionais”, as artificiosas apologias do “espírito de equipe e trabalho coletivo” que povoam as orientações técnicas dadas aos gestores escolares – revelarão a causa de um certo mal-estar.

Se antes o professor tinha em seu trabalho a marca de sua própria identidade forjada pela sua experiência, desde sua própria formação e depois, no plano de aulas, nos percursos que escolhia, nos materiais e recursos julgava mais adequados, nas avaliações que realizava de seu próprio esforço e também para acompanhar a progressão dos alunos, de modo que poderia, como o artesão, reconhecer-se a si mesmo nos resultados de seu trabalho, pois é ele que estabelecia as mediações possíveis na relação com seus alunos e, portanto, seu trabalho não lhe era indiferente, porque sua prática era carregada de um sentido “autoral” — o sentido dessa experiência docente lhe foi extorquido, como o do operário na linha de produção.

Há um outro que de antemão planeja as aulas, que indistintamente define percursos, materiais e recursos a serem adotados, em um ritmo preestabelecido, como o de uma “máquina”: é tal o efeito que podemos observar da adoção de apostilas, primeiramente nas escolas de redes

particulares de ensino e, agora também, nas escolas públicas. Além disso, as avaliações padronizadas que não mais se colocam na mediação do professor e seus alunos, mas antes querem monitorar e controlar o que se passa na sala de aula. O trabalho intelectual, autoral, do professor é “desautorizado” porque esvaziado em uma rotina estabelecida alhures, para dar conta da “produtividade” escolar. A despeito de si mesmo — de tudo o que pensa, julga e cria, coisas que podem até servir de “complemento curricular”, desde que dê conta antes da programação que lhe é alheia — ocupa o tempo regulamentar de uma aula, repetidas e exaustivas vezes, sob condições em que ele mesmo é dispensável e, sem prejuízo “pedagógico”, substituível por outro professor: basta saber operar a máquina, digo, a apostila.

6. Então, penso que se não é o caso de inverter nossa questão: afinal de contas e consideradas as atuais condições — por que é que um professor ainda vai à escola? Para além do emprego pelo qual recebe seu salário, o que o move a ainda ser professor? — O que fica silenciado e de difícil reconhecimento é a renúncia àquilo que, algum dia, pesou na escolha da profissão. O sentido da ausência não é senão de uma resistência, nem sempre consciente, nem mesmo voluntária, ao desencanto com a escola e o ofuscamento da imagem distinta, valorada em si mesmo e carregada de afetividade que tínhamos da profissão de professor. Sobrou a ocupação de um posto de trabalho, cujo sentido, entretanto, só poderia residir no trabalho autônomo, livre e autoral, mas também limitado, é certo, às estreitas relações que este professor poderia manter com seus alunos — mas dava-lhe garantias de reconhecimento de si próprio em seu trabalho de artesão, tornando-se assim imprescindível sua presença. A motivação de um professor está em nenhum outro lugar a não ser em si mesmo, quando encontra condições para sua realização, profissional, e de sua própria identidade. O silêncio sobre essa questão é sintoma de um processo doloroso de perda e culpa e também de desespero.

Ao mestre com carinho?

A dor e o prazer de ser professor

Flávia Gonçalves da Silva

Professora da UFVJM

O cinema já retratou diversas vezes algumas facetas do que é ser professor ou o que ele pode enfrentar ao longo de sua trajetória profissional. Talvez o primeiro a ser lembrado (pelo menos para aqueles que tem mais que 30 anos) é o filme "Ao mestre com carinho", que mostra a determinação e insistência de um jovem professor que quer cumprir com sua função, mesmo a revelia de alunos que até agem de forma violenta para impedir as finalidades da atividade docente. Outros filmes também demonstram situações parecidas e que no final, após muitas brigas e sofrimentos, o professor consegue cumprir com sua função e os alunos ficam agradecidos por ele ter sido persistente e não ter desistido deles, tais como "Mentes Perigosas", "Sociedade dos Poetas Mortos", "Escritores da Liberdade", "Meu mestre, minha vida", entre tantos outros.

Ao assistir esses filmes, alguns podem até se sentir mais entusiasmados a enfrentar cotidianamente o desinteresse dos alunos, a violência com que muitas vezes eles se relacionam com o professor, as inadequadas condições de trabalho, com a esperança que, talvez, alguma turma, ou alguns alunos, possam perceber o quanto o professor lhes quer bem e que ele está ali apenas para cumprir sua função: ensinar.

No entanto, os índices preocupantes sobre o adoecimento do professor em todo país e os indicadores sobre o nível de conhecimento que os alunos vem adquirindo na educação básica nos últimos anos, indicam que, os filmes que talvez possam provocar mais identificação para os professores na atualidade, pelo menos para aqueles que estão em processo de adoecimento, são "Pro dia nascer feliz" e "Entre os muros da escola".

O primeiro, uma produção brasileira, é um documentário que mostra entrevistas com alunos de diferentes escolas e o que eles pensam sobre a educação, a escola, e a sociedade. O segundo é um filme que revela as tentativas pouco eficazes de um professor na França ao ensinar a língua mãe para uma turma pouco motivada e etnicamente heterogênea.

Apesar de aparentemente, esse texto parecer uma apologia para que se assista esses filmes, especialmente os dois últimos, na verdade, a intenção é iniciar uma reflexão sobre um dos impactos das mazelas da educação na contemporaneidade: a saúde do professor.

Vários estudos revelam há algum tempo o quanto as condições objetivas de trabalho do professor, de modo geral, não são as mais adequadas, tendo como consequência ausências constantes desses profissionais, justificadas por condição médica ou ainda a desmotivação, que se expressa na qualidade das aulas lecionadas e no resultado do processo ensino-aprendizagem nem sempre alcançados, entre outros fatores.

Em 2005, por exemplo, no município de São Paulo, foi constatado que os afastamentos por licenças médicas dos professores, num prazo de dois anos, aumentaram de 18 mil para 132 mil. Esse aumento ocorreu no período em que houve mudança na legislação municipal que ampliou os dias em que o servidor poderia ficar afastado sem passar por perícia médica, o que possibilitou a interpretação de que essas licenças eram em sua maioria forjadas, para que o servidor, no caso o professor, se ausentasse do trabalho sem qualquer ônus (Silva, 2007). No entanto, há um fato central deste problema: porque o professor (e os profissionais da saúde na época) foi o servidor que mais solicitou afastamentos por razões de saúde?

Em levantamento realizado no início de 2004 no mesmo município os diagnósticos mais comuns foram aqueles relacionados a transtornos mentais, responsáveis por 19% dos diagnósticos no ano de 2001, 20,8% em 2002 e 26,5% em 2003. É importante destacar que as doenças são graves, sendo as mais incidentes, no município de São Paulo em 2003, os transtornos mentais, especialmente depressão, e as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) (Silva, 2007).

Isso se repetiu também no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Segundo Gasparini, Barreto e Assunção (2005) em 2002, 16,3% dos afastamentos concedidos aos professores por razões de saúde foram decorrentes de algum tipo de transtorno mental (11,7% foram de problemas respiratórios e 48,4% não houve especificação clara).

O jornal "O Estado de São Paulo" (2007) revelou que no Estado de São Paulo, em 2005, 4 milhões das 5,5 milhões de faltas por motivos de saúde dos servidores públicos estaduais corresponderam à Secretaria Estadual de Educação. Os diagnósticos mais comuns nessas ausências foram, justamente, transtornos mentais e as LERs. Caso semelhante ocorreu no Distrito Federal nos nove primeiros meses do ano de 2006, em que foram registradas 139 mil faltas em um total de 28 mil professores da rede, sendo os diagnósticos os mesmos identificados no Estado e no município de São Paulo.

Somente no primeiro semestre de 2010, o número de licenças médicas concedidas aos professores no município de São Paulo por transtornos mentais correspondeu a 70% de todas as solicitações dessa natureza feitas em 2009.

Em pesquisa realizada com professores de escolas particulares do Estado de Minas Gerais, detectou-se que os principais fatores que ocasionavam agravos a saúde desses profissionais eram desgaste na relação professor-aluno, cumprimento de prazos, ausência de política de incentivo à docência, excesso de alunos dentro da sala de aula e agressão e violência do aluno contra o professor (Salim, 2009). Esses fatores também são identificados em estudo sobre as condições de trabalho de professores de escolas públicas, somando a estes a má remuneração salarial e a mudança nas políticas públicas de educação.

Dos estudos que abordam de forma indireta a relação saúde-doença do professor pode-se destacar as realizadas por Nóvoa (1995) e Catani et al (1997), que se referem às interferências que as mudanças ocorridas no cenário educacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e às dificuldades que os professores vem encontrando em adaptar-se a essas “novas” condições, que geram mal-estar como sentimentos de culpa por não conseguirem realizar a atividade tal como desejavam ou como prescrevem, sentimento de incompetência, de desvalorização profissional e desmotivação.

O estudo de Codo (2002) mostrou alguns dos efeitos das condições inadequadas de trabalho entre os professores, revelando que 48% destes no Brasil tinham a chamada síndrome de burnout, que pode ser caracterizada pela desistência, sobretudo emocional, da profissão. Seu desenvolvimento tem relação direta com a longa exposição a situações que são, para o indivíduo, estressantes. As aceleradas mudanças no contexto social também são outros fatores que propiciam o desenvolvimento da síndrome de burnout, pois, o professor não consegue se adaptar a tais mudanças.

Lapo e Bueno (2002), numa pesquisa feita com professores de escolas estaduais de São Paulo para investigar as razões para o aumento dos pedidos de exoneração, que entre os anos de 1990 e 1995 aumentaram em 300%, perceberam que as razões mencionadas por Catani et al (1997) e Nóvoa (2005) para o desenvolvimento do mal-estar docente se repetem entre os participantes da pesquisa, e acrescentam como outro fator o processo de escolha profissional.

As autoras também identificaram algumas etapas no processo de abandono da profissão, até a exoneração da função, e entre elas estão as atitudes típicas identificadas na síndrome de burnout e as faltas recorrentes e pedidos de licenças de curta-duração. “O afastamento físico do ambiente de trabalho permite ao professor equilibrar-se através do distanciamento das dificuldades geradoras dos conflitos que está vivenciando” (Lapo e Bueno, 2002, p. 28).

Entre os vários motivos envolvidos nas solicitações recorrentes de licenças de curta-duração, as autoras apontam

a impotência para resolver os problemas cotidianos encontrados no magistério, o que leva a um afastamento para esperar que as coisas se resolvam através de outras instâncias. No entanto, com esses afastamentos temporários, a tensão e os conflitos provocados pelas dificuldades e pela insatisfação com o trabalho são adiados; não há solução para os problemas, apenas a fuga deles. Muitas vezes, ao retornar, o professor, que saiu esperando que as coisas melhorassem, encontra a mesma situação, o que acaba por gerar insatisfação ainda maior (idem).

As pesquisas encontradas que sinalizam alguma possibilidade de intervenção para minimizar os impactos das condições objetivas de trabalho na saúde do professor ressaltam as dificuldades e os sentimentos de inadequação e incompetência dos professores, mas reafirmam a necessidade destes profissionais se adaptarem ao “novo

paradigma educacional” que faz parte das “novas necessidades” da sociedade, ou ainda que há possibilidades do professor melhorar sua formação com os cursos de aprimoramento profissional oferecidos por algumas secretarias de educação, mas, que são pouco aproveitadas pelos professores.

Zagury (2006) até denuncia estas dificuldades em seus estudos, apontando como fatores que inviabilizam a melhora na condição de trabalho e vida do professor. Além disso, as mudanças no contexto educacional são impositivas, sendo que primeiro muda-se os documentos oficiais, exigindo-se uma nova postura do professor, para depois se elaborar os cursos de formação.

Esses cursos voltados para esse contexto e nova postura que o professor deve adotar, muito pouco o auxiliam devido ao caráter prescritivo e descontextualizado da realidade e das necessidades dos professores. Essa forma de conduzir esses cursos, além de pedagogicamente ser pouco efetivas, leva os professores a tentarem agir de forma não condizente com seus conhecimentos, possibilitando o sentimento de “culpa” destes que, em tese, recebem formação, mas não tem “competência” para serem bem sucedidos em sua prática. Há ainda aqueles que defendem o fato do professor ter que se adaptar a “nova” realidade educacional.

Outro grupo de estudos indica que, apesar de todas as condições objetivas adversas ao trabalho docente, cabe ao professor buscar sentimentos e pensamentos positivos em relação a sua prática profissional para que sua saúde possa ser minimamente preservada. Um exemplo são as estratégias preventivas a síndrome de burnout indicadas por Reinhold (2005), que transferem para o indivíduo a culpa por se sofrimento e adoecimento:

- Lembre-se do porquê de você estar ensinando, do porquê de você ter escolhido ser professor. Se não encontrar motivos convincentes ou não gostar de lecionar, verifique a possibilidade de mudar de profissão (...)

- Transforme suas crenças negativas com referência a escola em positivas, dizendo a si mesmo: “Eu não preciso ser perfeito o tempo todo” (para combater o perfeccionismo) ou: “não sou responsável por tudo o que acontece com meus alunos” (para combater o excesso de responsabilidade).

- Busque o sentido de seu trabalho: é preciso reconhecer que o que você faz é importante; diante das frustrações e dificuldades do dia-a-dia, procure lembrar-se da diferença que você faz na vida de uma criança ou adolescente; seu esforço contribui para tornar o mundo um lugar melhor (Reinhold, 2005, p. 76-77)

Em filmes como “Ao mestre com carinho” esses pensamentos podem até se tornar realidade no final, mas, será que isso acontece em todas as situações? E qual o custo de energia para o professor conseguir ter todos esses pensamentos quando na verdade sua realidade se aproxima mais como a retratada no filme “Entre os muros da escola”?

Na verdade, o que essas estratégias, em geral, sugerem, é a possibilidade do professor conseguir, sozinho, sair do “lago de lama” que o cerca, tal como o Barão de Munchausen fez consigo mesmo, puxando a si e seu cavalo pelos próprios cabelos. Em algumas situações, essas estratégias até podem amenizar o sofrimento do professor, mas de modo muito efêmero e sem qualquer solução para a origem do problema.

Quando se propõe ao indivíduo a necessidade de se adaptar a realidade, sem oferecer-lhe outra possibilidade, mesmo quando se identifica as mazelas dentro desta, cai-se no erro de não responsabilizar também a forma como a organização da atividade ocupacional é estruturada para atribuir apenas ao indivíduo a “culpa” pelo seu sofrimento e adoecimento.

Silva (2007) investigou a condição da saúde do professor do município de São Paulo, especificamente a estrutura da atividade profissional, as condições encontradas pelos docentes para executá-la e a relação desta com o desenvolvimento psicológico dos professores.

A investigação revelou que as condições inadequadas e alienantes encontradas pelos professores para executar sua atividade estavam ocasionando adoecimentos relacionados, principalmente, com as emoções e sentimentos desses profissionais (estresse, labirintite, depressão) gerando também outras doenças ou o agravamento das já existentes. Esses agravos a saúde levaram os professores a dependerem de medicamentos para aliviar suas dores e sofrimentos, seja por prescrição médica ou por auto-medicação.

Percebeu-se também distanciamentos entre os significados da educação presentes nas políticas públicas (facilitador do conhecimento) e os sentidos que a atividade docente tinha para os professores estudados (transmitir conhecimento), e esse fato propiciava a eles intenso sofrimento psíquico, que, em alguns casos, se manifestava fisicamente.

Nesse aspecto identificou-se a dissociação entre o trabalho prescrito (ser facilitador da aprendizagem), o trabalho idealizado (ser transmissor do conhecimento) e o trabalho realizado pelo professor (ineficácia na transmissão e facilitação da aprendizagem). Desta dissociação, a autora concluiu que a atividade docente é contraditoriamente constituída entre prazer e sofrimento.

O prazer vem quando se alcança as finalidades da educação do ponto de vista do professor, das complexas ações que compõem a atividade docente, do contato com muitas pessoas, especialmente os alunos. Isso porque os alunos podem aprender o que é ensinado, mas também ensinam o que se aprende só nas e pelas relações com outras pessoas.

O sofrimento vem da impossibilidade do mesmo de concretizar os fins da atividade profissional desejadas por ele, ou das dificuldades enfrentadas para que estas sejam alcançadas, da desvalorização profissional, do desrespeito, das condições inadequadas para o exercício profissional. O sofrimento é determinado pela forma como cada professor apropria-se e objetiva-se nessas (e dessas) condições objetivas

da profissão, e esses processos de apropriação e objetivação, dependem também das condições subjetivas de cada profissional.

Mas, é importante ser ressaltado que o fato do alcance das finalidades da atividade poder garantir maior aproximação entre os sentidos e os significados da atividade (coincidência entre atividade prescrita e atividade realizada), não significa que eles não se distanciem e que o trabalhador não possa vir a sofrer ou adoecer em decorrência de sua profissão. Isso porque para conseguir alcançar suas finalidades, isso ocorre sob intenso esforço, que pode desgastá-lo até o adoecimento.

Assim, quanto maior for a consciência do indivíduo em relação a sua atividade e a inserção desta na sociedade, maiores são as possibilidades dele controlar a si mesmo e ao mundo que o cerca. Mesmo assim, o indivíduo não ficará totalmente livre das condições que levam ao adoecimento, já que estas são decorrentes, no caso da atividade ocupacional, da alienação imposta e promovida socialmente pela própria organização e produção social, sendo necessário modificar esta estrutura (que ocorrerá na medida que outras esferas sociais também forem alteradas).

O sofrimento e o adoecimento dos trabalhadores podem ser entendidos como um repúdio do psiquismo pelas imposições e condições a eles oferecidas para exercerem a profissão, assim como muitos movimentos sociais e de trabalhadores repudiam tal situação. Modificar tal situação implica não apenas em ações isoladas dos professores ou de alguns estudiosos e profissionais da saúde, mas numa ação coletiva em que cada pessoa envolvida no processo educacional tem suas responsabilidades. Isso não significa que "se cada um fizer a sua parte, as coisas melhoram". Não se pode reduzir a educação, tampouco a compreensão do próprio processo de sofrimento e adoecimento como soma de partes, e sim como processos constituídos por mediações complexas, coletivas e historicamente determinadas.

Apesar desse cenário nada amistoso para a atuação docente, a realização das finalidades da atividade docente motivam muitos professores a continuar, pois encontram alunos que os reconhecem por sua importância, valor e competência profissional. No entanto, é desejável que experiências como "Ao mestre com carinho" e "Escritores da Liberdade" sejam possíveis, mas sem tanto sofrimento do professor, como esses mesmos filmes revelam.

Referências

CATANI, D. B. et al. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, D. B. et al Docência, memória e gênero: estudos sobre a formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CODO, W. (org.) Educação: carinho e trabalho 3. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

GASPARINI, M. S., BARRETO, S. M. e ASSUNÇÃO, A A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, maio.jun 2005. Disponível em <www.scielo.com.br> Acesso em: 12 dez. 2006.

LAPO, F.R. e BUENO, B. O. O abandono do magistério: vínculos e rupturas com trabalho docente. Psicologia USP. v.13, n.2, 2002, pp. 243-276.

NÓVOA, A. (org.) Os professores e sua formação. 2o edição. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1995.

REINHOLD, H. H. O burnout. In: LIPP, M. (org.) O stress do professor. Campinas, SP: Papirus, 2002, pp. 63-80.

SALIM, C. A. (coord.) O trabalho e os agravos a saúde dos professores da rede privada de ensino do estado de Minas Gerais. Relatório Técnico. Belo Horizonte: FUNDACENTRO/SAAE-MG/SINPRO-MG/FITEE, 2009.

SILVA, F. G. O professor e a educação: entre o prazer e o sofrimento. São Paulo: PUC, 2007. (tese doutoramento).

ZAGURY, T. O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Esta é uma publicação do CEPES:
Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Sindicais e
Gerenciamento de Banco de Dados da APEOESP

Coordenação:

Maria Izabel Azevedo Noronha
(Presidenta)

Diretores Responsáveis:

Fábio Santos de Moraes
(Secretário Geral)

Nilcéa F. Victorino
(Secretária de Formação)

Francisca Pereira da Rocha
(Secretária de Políticas Sociais)

Pedro Paulo V. de Carvalho
(Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais)

José Luiz Gonzaga
(Secretário de Finanças)

Silvio de Souza
(Secretário de Administração)

Anotações



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Filiado à **CNE e **CUT****

Praça da República, 282 - CEP 01045-000
São Paulo - SP - Tel.: 11 3350-6000

www.apeoesp.org.br

Blog Palavra da Presidenta
<http://apeoesp.wordpress.com/>



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Filiado à CNE e CUT